

Revista

Poli

Ano XVIII – Nº. 102
nov./dez. – 2025

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

20 DE NOVEMBRO
Como anda a saúde das
populações quilombolas
no Brasil

ENTRE DOIS MODELOS
Concepções de sociedade
colidem na nova política de
educação profissional



Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios



Juventude na corda bamba

O que os dados revelam sobre se tornar
adulto no Brasil hoje

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



/polifiocruz



@polifiocruz



@polifiocruz



polifiocruz



polifiocruz



+55 (21) 96473-6462*

*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

EXPEDIENTE

Ano XVIII - Nº 102 - nov./dez - 2025

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição
André Antunes
Erika Farias

Reportagem
André Antunes
Erika Farias
Giulia Escuri

Projeto Gráfico
Maycon Gomes

Diagramação
José Luiz Fonseca Jr.
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Capa
Giulia Escuri
(Imagem criada a partir de inteligência artificial com a ferramenta ChatGPT)

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo

Portal EPSJV
Cátia Guimarães

Mídias Sociais
Larissa Guedes

Comunicação Interna
Julia Guimarães
Julia Neves
Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
11.250 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Adriana Ricão
Alexandre Moreno
Ana Cristina Reis
Anamaria Corbo
André de Paiva
Andréa Oliveira
Angélica Fonseca
Antônio Marinho
Camila Borges
Carla Cabral

Edilene Menezes
Etelcia Molinaro
Geandro Pinheiro
Jefferson Almeida
Márcia Valéria Morosini
Márcia Lopes
Raphael Quintanilha
Sérgio Ricardo de Oliveira
Viviane Soares

SUMÁRIO

2

NOTAS

4

CAPA

A Juventude Equilibrista

12

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Uma nova política, um velho embate

16

NOVEMBRO NEGRO

Saúde e resistência nos quilombos

20

ENTREVISTA

Veriano Terto

'Pode parecer que a aids é um problema controlado, quando não é'

24

DESMATAMENTO E SAÚDE

Fornos urbanos

27

DICIONÁRIO

Anistia



Receba a Revista Poli e assinse nosso boletim!



www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306
Av. Brasil, 4.365 – Mangueiras – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 –
E-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br





●● PEC 14/21 avança na Câmara e propõe proteção social para ACS e ACE

A Câmara dos Deputados aprovou, em outubro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/21, que altera o artigo 198 da Constituição para instituir o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE). O texto reconhece essas categorias como essenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS) e prevê aposentadoria especial com integralidade e paridade, além de mudanças nas regras de contratação, como efetivação e vínculo estável por concurso público. A proposta também estabelece que o direito à aposentadoria especial dependerá do efetivo exercício das funções de campo e nas unidades de atenção básica ou vigilância epidemiológica e ambiental. Apesar do avanço, ainda há debates sobre o impacto fiscal e as formas de custeio do novo sistema. Para entrar em vigor, a PEC precisa ser aprovada pelo Senado e promulgada. “A PEC pode ser considerada um avanço na luta dos ACS e dos ACE por direitos. Ao propor medidas que vão no sentido da despreciação do trabalho e da vida, reconhece o trabalho realizado por esses homens e mulheres, fundamentais para o SUS e para a saúde da população brasileira”, afirma Carla Cabral Carneiro, coordenadora do Observatório dos Técnicos em Saúde, da EPSJV/Fiocruz.

●● Mais de 2 milhões de famílias saem da insegurança alimentar

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), aplicada na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADc) do 4º trimestre de 2024, divulgados em outubro deste ano, apontam que houve uma redução de 27,6% para 24,2% na proporção de residências com algum grau de insegurança alimentar, representando 2,2 milhões de lares. Segundo o Instituto, os domicílios em áreas rurais (31,3%) eram mais atingidos do que em zonas urbanas (23,2%). Ainda de acordo com a pesquisa, em todos os níveis de insegurança alimentar houve queda. Na leve, em que há medo de não conseguir comida suficiente e pode haver necessidade de comprar alimentos mais baratos ou menos nutritivos para garantir quantidade, a retração foi de 18,2% para 16,4%; na moderada, em que adultos precisam comer menos e optar por alimentos de pior qualida-

de, houve uma diminuição de 5,3% para 4,5%; por fim, na insegurança alimentar grave, que enfrenta também pessoas menores de 18 anos, a fome passa a ser uma experiência real dentro dos domicílios, o percentual caiu de 4,1% para 3,2%. Em comunicado na página do governo, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, celebrou os resultados: “Em 2025, o Brasil celebra duas conquistas históricas: a saída do Mapa da Fome e a redução da insegurança alimentar grave ao menor nível da série histórica do IBGE”, afirmou.



Sancionada lei que institui o Programa Agora Tem Especialistas, no âmbito do SUS

Reduzir as filas de espera para atendimento especializado de média e alta complexidade. Com este intuito foi sancionada, em outubro, a Lei nº 15.233, que institui o 'Programa Agora Tem Especialistas'. A meta é qualificar e diversificar as ações e os serviços de saúde à população; ampliar a oferta de leitos hospitalares e de demais serviços de saúde para assistência à população; e diminuir o tempo de espera para a realização de consultas, procedimentos, exames e demais ações e serviços de atenção especializada à saúde. Em entrevista ao jornalista

André Antunes, para o Portal EPSJV, em julho de 2025, a vice-presidente da Abrasco e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC) Carmem Leitão, destaca as possibilidades de o programa fortalecer a Atenção Primária à Saúde. "É preciso garantir o atendimento necessário no tempo correto. Para isso é preciso uma capacidade gerencial maior. Há essa dificuldade de integração, de fato, da Atenção Primária com a Atenção Especializada, afirma. Ela também explica que a proposta do Agora exige dos gestores municipais e estaduais uma maior qualificação de suas práticas gerenciais e regulatórias. Também reforça a perspectiva de integração dos sistemas de informação entre os territórios e os níveis de atenção", diz.

Professores das redes pública e privada do país já podem solicitar a Carteira Nacional Docente

Foi sancionada em setembro a Lei nº 15.202/2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDDB). Com o objetivo de identificar, reforçar o reconhecimento e possibilitar que professores tenham descontos em eventos culturais entre outros benefícios. O documento é gratuito, válido em todo país e tem validade de dez anos. Para

solicitar a carteira, é necessário ter CPF regular e vínculo empregatício ativo registrado nos sistemas oficiais (Censo Escolar, e-Social) e acessar o sistema Mais professores, do Ministério da Educação (MEC), em <https://maisprofessores.mec.gov.br/>. O programa Mais Professores para o Brasil – Mais professores, instituído pelo Decreto nº 12.358/2025, tem como objetivo valorizar e qualificar o magistério da educação básica, além de incentivar a docência no país.

Pronaf e Plano Safra da Agricultura Familiar agora são lei

Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto em setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.223, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da Agricultura Familiar. Ambos já existiam por meio de decretos presidenciais – o Pronaf desde 1995 e o Plano Safra de 2003 –, mas agora passam a ter *status* de política permanente. O Pronaf tem como objetivo oferecer apoio financeiro e técnico aos pequenos produtores rurais. Já o Plano Safra destina recursos para o financiamento da produção agrícola, com uma modalidade voltada à agricultura familiar. A nova legislação também criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), responsável por fiscalizar e monitorar as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Emendas parlamentares são cada vez mais fonte extra de verbas para universidades públicas

O documento "Emendas Parlamentares no Orçamento do Conhecimento", elaborado pelo Observatório do Conhecimento, rede formada por Associações e Sindicatos de Docentes de universidades de diferentes estados brasileiros, demonstrou que as emendas parlamentares – verbas que deputados e senadores destinam parte do orçamento público a estados e municípios, instituições, entre outros –, passaram de 0,8% para cerca de 7,2% do orçamento das universidades federais, entre 2014 e 2025. Esses recursos podem ser usados para manutenção, obras, compra de equipamentos, projetos de pesquisa etc. Para custear as 69 universidades federais em 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê um total de R\$ 7,89 bilhões. Desse montante, R\$ 571 milhões serão alocados com indicações feitas pelos parlamentares. De acordo com a pesquisa, esse processo traz à tona dois grandes desafios para as universidades: o primeiro, que recebendo a verba por meio de emenda, a previsibilidade das instituições fica prejudicada; e o segundo é que, para acessar os recursos das emendas, as universidades precisam de grande articulação política, uma atividade que, tradicionalmente, não faz parte do foco principal de sua gestão.



A JUVENTUDE EQUILIBRISTA

O que revelam dados recentes sobre a saúde dos jovens no Brasil

GIULIA ESCURI

Se você está lendo esta matéria, é bem provável que já tenha vivido a juventude, ou esteja passando por ela. Segundo a Política Nacional de Juventude (PNJ), isso significa ter entre 15 e 29 anos. Talvez você se lembre — ou esteja vivendo agora — de um período de incertezas, descobertas e transições que conduzem à vida adulta. “Ser jovem no Brasil é viver todo dia na corda bamba, tentando chegar a um outro espaço, a um lugar de maior estabilidade”, avalia Carlos Alberto Alves, da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude.

Entre os jovens que dançam nessa corda bamba, há aqueles que precisam se equilibrar muito mais do que outros para que a possibilidade de se tornar adulto seja uma realidade concreta, em um país marcado por tantas desigualdades. Exemplo disso é o fato de que 65% das mortes de jovens têm causas externas, como violência e acidentes, de acordo com o 1º Informe do Ciclo sobre a Situação de Saúde da Juventude Brasileira: violências e acidentes, lançado em agosto de 2025 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) e pela Agenda Jovem da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz (AJF). Na população geral, essa proporção é de apenas 10%. Os dados mostram que, embora a travessia pela juventude seja desafiadora para grande parte dos brasileiros, para alguns grupos ela é ainda mais dura. O levantamento revela que três em cada quatro mortes de jovens por causas externas foram de pessoas negras, que representam 73% dessas vítimas fatais.

Esses números nos remetem a uma dolorosa cena recente: em uma praça no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, dezenas de corpos jovens estendidos no chão, velados por seus familiares e pela comunidade. A megaoperação policial realizada em 28 de outubro de 2025 pelo governo do Estado do Rio de Janeiro já é considerada a mais letal da história do país, com 121 mortos. A chacina — que supera o massacre do Carandiru ocorrido em 1992 e que deixou 111 mortos — expõe a letalidade que recai sobre jovens negros e pobres.

Além da violência e dos acidentes, o Atlas da Violência 2025, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), aponta que os suicídios são a terceira causa mais comum de mortes na juventude. Entre 2013 e 2023, os homicídios resultaram em uma perda de 14,7 milhões de anos potenciais de vida de jovens, enquanto os acidentes em 7,2 milhões e os suicídios em 1,8 milhão de anos. Esse método considera a diferença entre a idade ao morrer de cada indivíduo e a expectativa de vida da população, estabelecida em 70 anos pela pesquisa.

O que são juventudes?

À primeira vista, pode parecer estranho que pessoas entre 15 e 29 anos sejam agrupadas na mesma faixa etária — afinal, há mais de uma década de diferença entre esses extremos. Mas é justamente essa dimensão compartilhada de aprendizados e descobertas que conecta etapas tão distintas dessa fase da vida. Pesquisadores como André Sobrinho, coordenador da Agenda Jovem, e Bianca Leandro, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz, costumam dividir a juventude em três fases. A primeira vai dos 15 aos 19 anos, “justamente a fase de transição da adolescência para a juventude”, explica Leandro, que continua: “a segunda abrange os 20 aos 24 anos, quando os jovens estão começando o ‘mundo’ adulto”. Já a última vai dos 25 aos 29 anos, marcando a etapa de jovens adultos.

Essa fragmentação ajuda a evidenciar parte da heterogeneidade que caracteriza a juventude e, assim, “pensar, em um país de dimensões nacionais, políticas públicas de saúde que possam incidir sobre a população jovem”, observa a professora-pesquisadora. Isso porque cada subfaixa apresenta condições e necessidades de saúde diferentes.

“Entre os 18 e 24 anos, os jovens começam a se inserir no mundo do trabalho, a circular mais pela cidade e a ter outras responsabilidades do ponto de vista da sua condição familiar”, aponta Sobrinho. Em uma sociedade desigual, as trajetórias são diferentes e isso “se reflete na vulnerabilidade, na circulação pela cidade e na inserção no mundo do trabalho”. O levantamento da Fiocruz mostra que, entre os jovens de 20 a 24 anos, o risco de morrer por causas externas é cerca de 45% maior do que o da população geral. Leandro destaca, no entanto, que “apesar de ser esperado que as principais causas de morte entre jovens sejam externas, quando olhamos para elas, percebemos que, na verdade, são evitáveis”.

“

TODOS ESSES CONTEXTOS CAMINHAM, NA VERDADE, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS EM QUE

A VIOLÊNCIA É A PRINCIPAL MARCA DA INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA SOCIEDADE”

BIANCA LEANDRO

professora-pesquisadora da EPSJV”

Essa constatação também diz respeito ao lugar que o corpo jovem ocupa na sociedade. “Isso nos traz o peso de uma sociedade que, na verdade, está colocando o jovem como aquele corpo de quem se pode esperar o óbito, que pode ser assassinado, que pode ser morto pela violência policial etc. Essa também é uma condição de desigualdade”, reflete a professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz.

Para Sobrinho, é importante levar em consideração os chamados marcadores sociais, como gênero e raça. Segundo o levantamento, “a cada 100 jovens que morrem por violências ou acidentes, quase 90 são homens”. No entanto, não são todos os homens que compartilham da mesma vulnerabilidade: jovens negros e indígenas apresentam os maiores riscos, com taxas de 227,5 e 177,9 mortes por 100 mil habitantes, respectivamente.

Diogo Santos, gerente de comunicação e inovação do Instituto Fogo Cruzado, ONG que monitora a violência armada, ressalta a importância de racializar esse tipo de dado. Ele, que é um jovem negro e cresceu em uma favela carioca, relata: “É complexo pensar no que você poderia ter passado e do que conseguiu escapar também. E como essa vida é muito, muito pouco valorizada no Brasil”. Ele continua: “Acho que fica, ou pelo menos deveria ficar, muito óbvio que algumas vidas valem menos do que outras”.

Há menos de dez anos, em 2017, um estudo realizado pelo Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, apontava o Brasil como o sétimo país no ranking mundial de mortes de crianças e adolescentes do sexo masculino, entre 10 e 19 anos. O Afeganistão, que enfrentava uma guerra, aparecia atrás do Brasil, em oitavo lugar. Bianca Leandro destaca o papel das armas de fogo nesse cenário. Ela chama atenção para o fato de que as agressões com armas de fogo são a principal causa externa de morte tanto entre mulheres quanto entre homens jovens. “Todos esses contextos caminham, na verdade, para a construção de um país em que a violência é a principal marca da inserção da juventude na sociedade”, analisa.

Feminicídio e outras violências por armas de fogo

O Atlas da Violência 2025 estima que, entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil. Nesse período, a taxa geral de homicídios caiu 26,7%, enquanto a de feminicídios registrou uma redução menor, de 25,5%. O dado evidencia que a violência letal contra as mulheres não acompanha o mesmo ritmo de queda dos homicídios em geral, apontando para desafios persistentes no enfrentamento desse tipo de crime.

Para Bianca Leandro, é importante considerar que há uma diferença de gênero na forma como a violência se expressa. Segundo o levantamento da Fiocruz, quase 35% das mortes femininas ocorrem dentro de casa, enquanto, entre os homens, esse percentual é de 10%. Ainda com base na mesma pesquisa, mulheres jovens representam 71% dos casos de violências notificados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dados que demonstram, por um lado, a disparidade no acesso à saúde entre homens e mulheres, mas que apontam, ao mesmo tempo, como a Atenção Primária à Saúde (APS) tem se firmado como uma porta de entrada, com diversas políticas de saúde que priorizam as mulheres, como a Estratégia Saúde da Família (ESF).

“É importante dizer que esses são apenas os casos notificados no SUS, um reflexo das mulheres que vivenciam situações de violência pelas quais precisam de assistência médica em saúde. Estamos falando de violência física, sexual e psicológica, e as mulheres historicamente se reconhecem mais nesse lugar”, explica a professora-pesquisadora. Ela destaca que isso não significa que os homens não sofram violências que demandem atendimento médico: “As violências que eles sofrem matam mais e, se sofrem algum tipo de violência, muitos não buscam o sistema de saúde para lidar com isso”.

Apesar da taxa de mortalidade de homens por violência ser oito vezes maior que a das mulheres na juventude, não existem políticas de saúde que tenham este grupo como foco. “Quando pensamos na saúde dos jovens, muitas vezes se cria um espelho da saúde da mulher — que, por sua vez, ainda está muito envelhecida, centrada apenas nas questões do ciclo e das condições reprodutivas. Então, para

a jovem mulher, ainda existem alguns dispositivos de cuidado”, analisa Leandro, que acrescenta: “Já para o homem jovem, isso fica nebuloso. E quando vamos ver por que eles estão sendo internados e morrendo, percebemos que realmente não há estratégias de saúde que deem conta disso.”

Em 2021, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), pela Portaria nº 3.562 do Ministério da Saúde. No entanto, Leandro considera que é um desafio lidar com a cultura da masculinidade: “Apesar de termos uma Política Nacional de Saúde do Homem — que é super recente — e que tenta criar alguns mecanismos para ir na contramão desse processo, é muito difícil, porque a nossa história social ainda é marcada por essa ideia do que é ‘ser homem’”, constata.

Nesse contexto, também “é importante lembrar que, quando olhamos a violência doméstica que acomete mulheres jovens, o principal perfil de agressor é o de homens”, comenta Bianca Leandro. Entre as mulheres, as que mais sofrem violência física têm entre 20 e 24 anos (53,2%) e 25 e 29 (51%), segundo o Atlas da Violência. Considerando a população jovem feminina, cerca de 30% morrem por agressões e 31,3% por acidentes de transporte, de acordo com a pesquisa da Fiocruz.

Em setembro de 2025, o Instituto Fogo Cruzado divulgou que, entre janeiro e julho, pelo menos 29 mulheres foram vítimas de feminicídio ou tentativa por armas de fogo nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belém. No mesmo período em 2024, haviam sido registrados 20 casos.

Segundo o Instituto, que utiliza metodologia própria para monitorar tiroteios em grandes centros urbanos, mais de 75% dessas mulheres não sobreviveram. Para além desses dados, a pes-

quisa destaca que mais da metade foi baleada dentro de casa, sendo que uma em cada quatro foi atingida por agentes de segurança de folga, como policiais militares e policiais penais, fossem eles seus maridos, namorados ou ex-companheiros. Para o representante do Fogo Cruzado, Diogo Santos, esse dado é alarmante ao demonstrar que a arma do Estado está sendo utilizada também para vitimar mulheres. “Isso mostra como, na verdade, é arriscado morar em uma casa onde há uma arma”, afirma.

As armas de fogo são responsáveis pela maior parcela de anos perdidos da juventude, retirando 12 milhões de anos potenciais de vida, ou 81,6%, conforme o Atlas da Violência. “Ao contrário do que foi propagado, e que muita gente sugere, de que as armas servem apenas para proteção, na verdade, elas são usadas prioritariamente para agressão”, ressalta Santos.

Outro dado que se verifica é que, em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio. “Vemos que, em geral, são os jovens negros os maiores alvos da violência armada no Brasil, incluindo a letalidade policial”, avalia Bianca Leandro. Ela completa que isso está ligado ao fato de que “é a população negra que vive em territórios com maior presença de força armada, se expressando por diferentes atores, como as milícias, as polícias e outros grupos de poder armado em territórios precários”.

Ainda segundo a mesma pesquisa, em 2023 foram registrados 45.747 homicídios no país, dos quais 47,8% vitimaram pessoas entre 15 e 29 anos. Isso equivale a 21.856 jovens, uma média de 60 jovens assassinados por dia. “O que sobra dessas vítimas? Não estou falando só de vidas



negras e nem só de pessoas mortas, mas, de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo racismo e pela violência armada”, reflete Santos, que pensa na memória das vítimas como uma forma de fazer com que esses números não sejam apenas dados: “os adolescentes, os jovens, as vítimas, têm sonhos, têm histórias, têm um monte de vontades, que são provavelmente muito próximas da minha e da sua”.

Apesar desses dados, a violência armada ainda não é tratada como um problema de saúde pública. A Cúpula Mundial da Saúde, realizada em outubro de 2025, em Berlim, na Alemanha, alertou para a necessidade de incluir o tema nos currículos de cursos de medicina em todo o mundo e de adotar alertas sobre os riscos de possuir uma arma no momento da compra. Durante o evento, foi anunciada a criação de uma comissão da revista científica britânica *The Lancet* sobre violência global e saúde. Segundo o jornal O Globo, o presidente da comissão, Adnan Hyder, diretor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Boston (EUA), afirmou que o objetivo é estudar as armas de fogo como fator de risco e ameaça à saúde e ao bem-estar humanos.

A precarização do trabalho

Enquanto as agressões são a principal causa de morte externa entre jovens, os acidentes de trânsito ocupam o segundo lugar. De acordo com o relatório da Fiocruz, homens jovens representam 84% das mortes e as mulheres, 16%. Entre os veículos, a motocicleta é apontada como a mais letal: 53% dos acidentes fatais entre homens e 40% entre mulheres. Para André Sobrinho, esse dado “reflete não apenas a construção da masculinidade, mas também representações sobre os jovens e a juventude”.

Essa realidade pode ser interpretada de duas formas, que não se excluem. A primeira tem relação com aspectos culturais ligados às performances da masculinidade, especialmente nas periferias. “Todo jovem sonha e cresce querendo ter uma moto, querendo ter um carro, o que é normal. Todo mundo

merece ter aquilo que considera bom”, relata Carlos Alves, integrante do Levante Popular da Juventude. Com base em suas vivências, ele continua: “Vemos, por um lado, espaços de lazer e de cultura sendo fechados, reprimidos, como as batalhas de rima, ao mesmo tempo em que os jovens buscam outro tipo de lazer, como fazer um ‘rolezinho’ de moto ou de carro e ainda consumir bebidas alcoólicas”.

O segundo motivo para o alto número de acidentes pode estar relacionado ao aumento de trabalhadores em empresas de aplicativo — como *Uber*, *iFood* e *99* —, em consequência da precarização do trabalho e da exaltação de uma mentalidade empreendedora que vem crescendo nos últimos anos. A socióloga Helena Abramo, especialista em temas sobre trabalho e juventudes, além de coordenadora, junto a outros pesquisadores, do estudo “Panorama da situação dos jovens brasileiros: interseções entre Juventude, Saúde e Trabalho”, publicado em 2023 pela EPSJV e Agenda Jovem Fiocruz, reflete sobre esse cenário: “Depois do golpe de 2016 e da interrupção do processo de alargamento dos direitos, nós começamos a ver a diminuição dos direitos. E isso se combinou com o processo de transformação global: tanto no mundo do trabalho quanto de uma precarização generalizada”, contextualiza. Ela acrescenta: “Isso acabou resultando na terceirização, na pejetização e na platformização, nestes trabalhos através das plataformas digitais”.

A socióloga destaca ainda que há um processo de estímulo para que os jovens busquem suas próprias soluções, já que, diante da precarização do trabalho, marcada pela perda de direitos, baixos salários e instabilidade, consolidou-se uma propaganda intensa que incentiva a

saída da relação assalariada formal. Um exemplo disso é uma postagem na conta do *iFood* para entregadores no *Instagram*: em um vídeo, um rapper canta algumas rimas enquanto aparecem imagens de trabalhadores e suas famílias, de formaturas e de entregadores com a mochila vermelha nas ruas. Na tela, surgem palavras como “dignidade”, “liberdade”, “jornada de sonhos” e “oportunidades”. Esse tipo de narrativa busca associar o trabalho por aplicativo à ideia de autonomia e realização pessoal — aspecto que precisa ser visto com cautela: “Na verdade, quando surge essa alternativa de fazer entregas, de trabalhar dessa maneira, ela vem cheia de muitos apelos, como: ‘você que já tem uma relação bacana com a cidade, de circular com a sua bike, com a sua moto, pode fazer o que quiser com seu tempo, pode conciliar com os seus estudos’”, ressalta Abramo.

O Brasil conta com 1,7 milhão de pessoas que trabalham com o transporte de passageiros e entrega de alimentos e produtos. Esse contingente representa quase 2% da população ocupada no setor privado, segundo dados divulgados em outubro de 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Em 2022, já eram 1,3 milhão de pessoas nessa condição.

Entre esses trabalhadores, os motociclistas se destacam: em 2024, ano de referência dos dados, eram 1,1 milhão. Desses, 33,5% prestavam serviços por aplicativos — ou seja, um em cada três motociclistas estava vinculado a plataformas, proporção que segue em crescimento. Em 2022, eles representavam cerca de um quarto da categoria.

A pesquisa também permite traçar o perfil desses trabalhadores: homens são 83,9% do total, quase metade (47,3%) tem entre 25 e 39 anos, e 59,3% têm ensino superior incompleto ou estão cursando a graduação. “Estamos falando de uma parcela da popula-

ção jovem que estava ascendendo, chegando à possibilidade de estudar e de continuar estudando”, analisa Helena Abramo. “Embora o processo de platformização não seja exclusivo dos jovens, ele afetou fortemente essa geração que estava ingressando no mercado de trabalho — ou já inserida nele — e buscando alternativas em um contexto de desemprego elevado.” Além da crise política e econômica de 2016, apontada pela socióloga como um marco da precarização no país, a pandemia de covid-19 também foi determinante para o aumento da informalidade. Em 2016, o país contabilizava 843,3 mil motoristas de aplicativos, taxistas ou entregadores.

Para o pesquisador André Sobrinho, “o que vemos na sociedade é uma certa ideia da correria”. Ele explica que “essa expressão, inclusive, virou uma categoria: ‘fazer o corre’, que é glamourizada e muito bem manipulada pelas instituições que reproduzem o modelo de sociedade em que vivemos”. Sobrinho complementa: “Essa correria pode ser vista nas mortes na cidade, na pressão por bater metas de entrega, de transporte e de deslocamento de pessoas”.

Quanto mais trabalhadores nas ruas fazendo o “corre”, maior o número de acidentes. Segundo o Atlas da Violência, os acidentes



Em 53% dos acidentes de trânsito fatais entre homens jovens, o meio de transporte foi a motocicleta

de trânsito envolvendo motocicletas cresceram cerca de 18% entre 2018 e 2023. Pilotar uma moto em uma cidade movimentada; já representa um fator de risco, no caso dos entregadores, essa condição tende a se agravar. “Como a remuneração é muito baixa, e vem diminuindo nos últimos anos, esses trabalhadores precisam fazer muitas entregas para garantir o mínimo no fim do dia”, reflete Abramo. A socióloga acrescenta que o comportamento dos entregadores está diretamente relacionado às pressões impostas pelas próprias dinâmicas dos aplicativos.

Além disso, o pesquisador da Agenda Jovem André Sobrinho destaca que a ideia de solução no mundo do trabalho baseada no empreendedorismo juvenil reforça uma lógica enganosa, que parte da noção de que os jovens são flexíveis e não se alinham ao modelo tradicional de trabalho, como o regime CLT. “[As plataformas e o empresariado] investem nessa narrativa, que expõe a juventude à vida, ou à morte”, diz. Já Helena Abramo destaca a falácia nesse discurso: “A nossa juventude é trabalhadora. Após os 18 anos, a maior parte dos jovens brasileiros já está no mercado de trabalho”.

Mas é preciso observar em que condições esses jovens estão inseridos. “Os jovens sempre tiveram dificuldade para ingressar no mercado de trabalho e, depois, viver nele: enfrentam as maiores taxas de informalidade, recebem menores salários e têm menos direitos”, enfatiza a socióloga. Na contramão, em abril de 2025, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou que 53% dos jovens ocupados até 24 anos são celetistas, e 67,1% recebem até R\$ 1.854.

Uma política que pode estar favorecendo esse quadro é a Lei nº 10.097/2000, conhecida como Lei do Jovem Aprendiz. Essa le-

gislação determina que toda empresa de grande ou médio porte contrate um número de aprendizes de, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do seu quadro de funcionários. O aprendiz deve ter entre 14 e 24 anos e estar frequentando, ou ter concluído, a educação básica. A lei prevê o pagamento de um salário mínimo proporcional e todos os direitos garantidos, como 13º salário e FGTS. Segundo o MTE, o primeiro semestre de 2024 chegou a 615.401 vínculos ativos, considerado pelo governo como o melhor resultado desde a criação da lei.

“Para aqueles adolescentes que precisam trabalhar, que seja de forma mais protegida. Nesse sentido é que vem a lei, em uma forma de conciliação com a sua educação formal. Por isso, é necessário que o jovem esteja cursando o ensino médio, que o horário seja compatível com a própria aprendizagem profissional e que tenha uma dimensão de formação”, considera Abramo. Ela acrescenta: “Apesar de ser uma aprendizagem, é considerado trabalho, é formal e o jovem tem todos os direitos daquela categoria”. No entanto, ela faz um alerta sobre a necessidade constante de acompanhamento dessas condições de trabalho: “Falta fiscalização para que essas condições não sejam burladas e para que as empresas cumpram da maneira correta o que está definido na lei”.

A Lei do Jovem Aprendiz é um dos alicerces da Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), considerada uma “prioridade política do governo brasileiro” nos anos 2000, segundo o documento oficial de sua divulgação em 2006. A Agenda foi discutida e definida em 11 conferências e reuniões entre setembro de 2003 e novembro de 2005. Ela estabeleceu quatro eixos prioritários para promover o trabalho decente na juventude: mais e melhor educação; conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; inserção ativa e digna no mundo do trabalho; e promoção do diálogo social. A ideia, na época, era que esses debates levassem à criação de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ), algo que quase 20 anos após o início dessas negociações, ainda não se concretizou.

Helena Abramo conta que fez parte dessas conversas para a implementação do Plano, bastante debatido nos anos de 2013 e 2016. “A nossa ideia era que a Agenda, que discutiu os diagnósticos e as diretrizes gerais, fosse transformada em um plano para poder fazer com que aquelas diretrizes encontrassem vias de concretização”, relembra a pesquisadora, que completa: “Passamos três anos de uma discussão riquíssima, envolvendo vários atores e vários ministérios, mas, infelizmente, foi abortada exatamente por causa do processo de *impeachment* e do golpe sofrido pela presidente Dilma [Rousseff]”.

Desde então, o tema não foi retomado pelos governos seguintes. “Uma das coisas importantes a ser feita é recuperar essa discussão — agora com uma atualização, evidentemente. O diagnóstico que fizemos para o Plano é de 2013, 2014. Já se passaram dez anos. As questões se agravaram, e novas pautas surgiram. Nesse sentido, o debate sobre a escala 6x1 deve ser central”, defende Abramo.

Diante do cenário em que os jovens estão inseridos no âmbito profissional, refletir sobre o conceito de trabalho decente também significa discutir saúde. Para Helena Abramo, “a precarização dessas relações expõe os jovens a diversos problemas de saúde”. Ela reforça que é preciso “olhar para as condições em que os jovens estão vivendo experiências fundamentais da vida, muitas vezes marcadas por situações prejudiciais à saúde. O trabalho é uma delas. Precisamos observar de que forma os postos de trabalho acessíveis aos jovens os colocam em condições que podem gerar agravos à sua saúde”.

Redes sociais e saúde mental

No início de 2025, uma série da Netflix chamou a atenção, principalmente de familiares de adolescentes e especialistas. Nela, a atitude de um garoto de 13 anos impacta: ele é acusado de assassinar uma colega de turma. Ao longo da trama “Adolescência”, a imersão dos jovens nas redes sociais e a relação dos pais com os filhos inseridos nesse mundo digital transparece em temas e até em elementos sutis, como o uso de *emojis*, símbolos que traduzem elementos e emoções, e que dependendo de sua ótica de utilização, podem acabar sendo pouco compreendidos pelos pais.

A ficção chama atenção para temas como *bullying* e outros conflitos que podem atravessar este período. Entre eles, destaca um fenômeno antigo, mas que ganhou novas dimensões com as redes sociais: o dos chamados *incels* — abreviação para “celibatários involuntários” (*involuntary celibates*, em inglês) que formam grupos online compostos por homens que difundem, sobretudo, ideologias misóginas e violentas contra mulheres. “Tudo isso nos mostra a necessidade da regulamentação das redes”, considera Grazielle Nogueira, psicóloga e cofundadora do projeto social Favela Terapia, iniciativa desenvolvida por estudantes de psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O debate sobre a regulamentação das redes sociais leva em conta a criação de leis e normas que definam responsabilidades e limites para o funcionamento das plataformas digitais, como *Instagram*, *Facebook*, *TikTok*, *X* (antigo *Twitter*) e *YouTube*. Nogueira destaca que o objetivo não é acabar com as redes. “Precisamos pensar em estratégias para usá-las de forma mais responsável. É muito importante a regulamentação das redes, especialmente quando se trata da juventude. É preciso saber o que esse jovem está fazendo, se ele está reproduzindo discursos misóginos ou se está sendo exposto de maneira inadequada”, complementa.

Nesse meio-tempo, outro debate também ganhou força: a adultização de adolescentes e jovens nas redes sociais. No início de agosto, o influenciador digital Felipe Bressanim, conhecido como Felca, publicou um vídeo no *YouTube* denunciando a exploração sexual de crianças e adolescentes na criação de conteúdos online. Dias depois, com a repercussão do tema, o Projeto de Lei nº 2.628/2022 voltou a tramitar no Congresso e, em setembro, foi sancionado pelo pre-



O uso intensivo das redes sociais está associado a 45% dos casos de ansiedade entre jovens de 15 a 29 anos.

sidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora transformado na Lei nº 15.211/2025, o texto institui o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital). Assim como o ECA de 1990, a nova legislação estabelece regras inéditas para proteger esse público, desta vez, no ambiente digital.

A lei impõe obrigações claras a aplicativos, jogos eletrônicos, redes sociais e serviços online, que devem adotar medidas de prevenção, como verificação de idade confiável, ferramentas de supervisão familiar, resposta rápida a conteúdos ilícitos e regras específicas para o tratamento de dados e publicidade dirigida a menores.

Para Denise Ocampos, coordenadora de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde, o ECA Digital é uma medida importante para “regulamentar o acesso das crianças e dos adolescentes, mas também para regulamentar as redes sociais, essa indústria tecnológica”. Ela observa que, em um ambiente livre, sem muitas regulamentações, esses jovens podem ficar vulneráveis a violências como o *cyberbullying* e a exploração sexual pela internet.

Além disso, outros aspectos chamam a atenção sobre o uso

das redes e a saúde mental da juventude: “A questão do estímulo, a confusão mental, a agitação, a alteração de memória e de concentração. Tudo influencia na saúde das crianças e dos adolescentes, de uma forma geral, é biopsicossocial”, constata Ocampos. Já a psicóloga Grazielle Nogueira ressalta que “o aumento dos transtornos mentais devido às redes sociais é uma urgência”.

Uma pesquisa publicada em 2024 pelo Instituto Cactus em parceria com a AtlasIntel, sobre o Panorama da Saúde Mental no Brasil, constatou que 45% dos casos de ansiedade em jovens de 15 a 29 anos estão relacionados ao uso intensivo das redes sociais. “A construção da identidade ficou voltada para o que se vê nas telas. Os jovens não precisam dizer se estão bem ou não: postam uma foto. Não precisam ir à casa dos amigos para fazer um trabalho [da escola ou da faculdade]: podem fazer uma reunião online ou escrever juntos pela internet”, relata Grazielle Nogueira.

O levantamento também revelou que 65% dos entrevistados enfrentam dificuldades emocionais em algum grau, apontando para o impacto do uso excessivo das plataformas digitais. “As redes sociais, para a geração *millennial*, trago isso como um demarcador, ampliaram as nossas possibilidades de estudo, de vida, de conexão e de conhecimento. Mas, para essa nova geração, elas são limitadoras”, avalia Nogueira.

Segundo a mesma pesquisa, jovens que passam mais de três horas por dia em plataformas digitais têm 30% mais risco de apresentar depressão. Nesse sentido, o isolamento provocado pelo uso massivo da internet pode contribuir para o adoecimento.

Imagine, agora, passar parte da juventude em meio a uma crise sanitária global. “A adolescência é um momento de sofrimento e de angústia.



PASSAR PELA ADOLESCÊNCIA EM UM PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL FOI ANULAR TODAS AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SI

GRAZIELLE NOGUEIRA

psicóloga

O adolescente está passando por uma transição para a juventude, criando responsabilidades e descobrindo o mundo, conhecendo sua sexualidade, seus gostos e sua identidade”, contextualiza Nogueira, que acrescenta: “Durante esse momento de transição, muitos passaram pela pandemia. Passar pela adolescência em um período de isolamento social foi anular todas as possibilidades de construção de si”.

Um cenário que pode estar relacionado ao aumento acelerado dos suicídios entre pessoas de 10 a 29 anos. De acordo com um relatório técnico lançado em 2024 pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), na população geral, a taxa de suicídios em 2022 foi quatro vezes maior do que em 2000. Entre jovens de 20 a 29 anos, o aumento chegou a 6,83 vezes; já entre o público de 10 a 19 anos, o crescimento foi alarmante: 53,6 vezes entre o início e o fim da série histórica. Isso significa que o crescimento de suicídios entre os jovens é mais acentuado do que em outras faixas etárias, e vem se intensificando entre os mais novos.

Tanto o Atlas da Violência 2025 quanto a recente pesquisa da EPSJV com a Agenda Jovem Fiocruz, que analisou as causas

de mortes externas entre jovens, apontam que o suicídio é a terceira principal causa de óbito nessa faixa etária. Diante desse cenário, Grazielle Nogueira ressaltava a necessidade de fortalecimento das políticas de saúde mental para a juventude: “Quando falamos sobre saúde mental, não é simplesmente entrar no CAPS [Centro de Atenção Psicossocial] e ouvir que precisa passar pela psiquiatria ou por um atendimento clínico. A juventude quer descobrir, quer recomeçar, e precisa recomeçar a partir de algum lugar.”

Para isso, ela reforça a importância de fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), voltados a jovens de até 18 anos. “Quando a gente pensa em política pública, fortalecer os CAPSi é também fortalecer a juventude. Pensar em estratégias de apoio à saúde mental dos jovens é essencial, e também garantir que esse jovem possa escolher”, avalia.

Além disso, as Casas de Juventude, centros de convivência criados por políticas municipais e estaduais para promover acolhimento e ofertar serviços especializados, como ações socioeducativas, aparecem como espaços fundamentais. “Quando pensamos na juventude é preciso pensar também em centros de convivência voltados para ela. São espaços onde acontecem atividades culturais, muitas vezes conduzidas pelos próprios usuários. Mas é mais do que isso: a juventude precisa ter um espaço para pensar sobre si, para falar sobre saúde mental, para criar”, considera Nogueira.

Alguns estados do país já contam com iniciativas desse tipo, como Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. “Esses espaços de convivência funcionam também como laboratórios, oficinas de grafite, espaços de formação, de capacitação, de geração de emprego e renda. É sobre isso: pensar oportunidades para essa juventude”, conclui a psicóloga.

Políticas para a juventude

Nesse cenário, em que a juventude é o segmento da população brasileira que mais morre, quais são as políticas públicas voltadas a esse grupo? Em 2005, a Lei nº 11.129 instituiu a Política Nacional de Juventude (PNJ), criando a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Essas ações passaram a reconhecer que os direitos dos jovens de 15 a 29 anos devem estar em consonância com uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção da autonomia, segundo texto do Conjuve publicado em 2006.

De acordo com o site da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a PNJ “enfrentou um período

de desarticulação geral da rede de políticas setoriais, entre 2019 e 2022, desorganizando a dimensão interfederativa e transversal da política”. A página informa ainda que a Secretaria está retomando seu papel na reconstrução da Política Nacional de Juventude.

A Poli procurou o órgão diversas vezes, por e-mail e por telefone, para comentar os principais desafios dessa retomada e os avanços da PNJ, que completou 20 anos em 2025. Entretanto, não obteve retorno. Em uma última tentativa, por telefone, ao questionar se seria possível encaminhar um dos e-mails a um representante que pudesse conceder entrevista, o atendente respondeu apenas: “Estamos de mãos atadas.”

Alguns anos depois da instituição da PNJ, em 2013, a Lei nº 12.852 criou o Estatuto da Juventude, que definiu orientações para políticas públicas voltadas a esse segmento, e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). No entanto, nenhuma política nacional de saúde para a juventude foi aprovada até hoje. “Nós temos uma Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa [PNSPI], uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança [PNAISC], mas a gente não tem da população jovem”, relata Bianca Leandro, professora-pesquisadora da EPSJV.

Ainda antes da aprovação do Estatuto, foram criadas as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, documento publicado pelo Ministério da Saúde (MS) em 2010. “Essas diretrizes nacionais deveriam encaminhar uma política nacional de saúde, só que isso ainda não aconteceu”, relembra Leandro, que acrescenta: “Apesar de termos alguns dispositivos nacionais que dão uma baliza para as políticas de

juventude, é como uma criança que quer andar, mas não consegue engatinhar direito.”

Denise Ocampos, representante do MS, explica que “as diretrizes são o documento que está vigente até o momento e focam em três eixos: o crescimento e desenvolvimento; saúde sexual e saúde reprodutiva; e atenção ao adolescente em uso de álcool e outras drogas”. Ela situa que, logo depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, discussões para estabelecer normas e programas no âmbito da juventude já estavam sendo colocadas: “Foi instituído o Programa de Saúde do Adolescente, que é o PROSAD, e logo depois foram várias discussões, tiveram atos normativos. Com a política de 2005 [Política Nacional da Juventude], pensou-se novamente em fazer uma política geral [de saúde]. Acabou não caminhando, ficaram pelas diretrizes.”

Esse cenário, no entanto, pode estar mudando. Em agosto de 2024, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução nº 756, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ). O documento considera que, “na ausência de uma política específica que direcione as ações estratégicas para essa população”, é preciso aprovar a PNAISAJ, que será publicada em portaria específica do Ministério da Saúde. Quando questionada sobre a previsão para essa publicação, Denise Ocampos conta que ainda não existe, mas se considera esperançosa: “Vamos conseguir avançar bastante com as ações da saúde dos adolescentes e jovens.”

Enquanto as Diretrizes contam com três eixos, a nova Política deverá acrescentar outros dois: prevenção às violências e promoção da saúde mental, “tendo em vista uma incidência de maior número de casos de mortes em adolescentes e jovens

Este ano a Política Nacional da Juventude (PNJ) completou 20 anos.



por causas externas, que é devido às violências e por questões de saúde mental”, explica Ocampos. A coordenadora de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens também considera que a Política estará dentro dos parâmetros da Atenção Primária à Saúde (APS). “O que vai ser novo será levar para os profissionais de saúde a questão do olhar diferenciado para o adolescente e o jovem, as suas especificidades”, analisa, que completa: “A Política vai vir para fortalecer o que já existe e trazer um novo olhar para os profissionais, que será relacionado à adolescência e à juventude.”

Entre os desafios da legislação destacam-se a extensão territorial do Brasil, a articulação com outros setores e a faixa etária que será contemplada. “Um desafio maior é lidar com a dimensão geográfica do Brasil, levar para todos os estados, com todas as peculiaridades de cada região”, considera Ocampos, que destaca outra questão: “Por exemplo, quando lidamos com as violências, não tem como trabalhar só na saúde. É preciso articulação com outros setores, como a educação, o serviço social e a segurança pública”.

Por fim, a PNAISAJ será voltada a uma faixa etária ampla: de 10 a 29 anos. “É uma política que considero uma faixa etária grande. Então, o trabalho tem que ser dedicado para cada período”, comenta Ocampos. Ela aponta algumas possibilidades: “Talvez o trabalho com os jovens não será em grupos, vão ser só atendimentos individuais. Com os mais novos, podemos ver que grupos podem ser muito interessantes. Vão ser outras formas de trabalhar”, relata.

Carlos Alves, da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude, ressalta a importância da APS oferecer um cuidado especializado aos jovens. “É fundamental promover ações que os envolvam nos territórios, para que

contribuam e se tornem multiplicadores da ideia de uma saúde universal”, afirma. Ele também destaca a necessidade de usar uma linguagem próxima à dos jovens e de convidar pessoas reconhecidas pela comunidade para dialogar com o público. “Podemos ‘traduzir’ a linguagem técnica da saúde e utilizar ferramentas da arte e da cultura. O debate sobre saúde, dentro de uma UBS [Unidade Básica de Saúde], pode chamar, por exemplo, um MC [cantor de funk] do território para apresentar o que é a Estratégia Saúde da Família.”

Tornar-se adulto não é um processo simples. As pessoas entrevistadas para esta matéria concordam que a juventude possui suas especificidades e, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de experiências. Um jovem negro que vive em uma região periférica, por exemplo, enfrenta realidades distintas das de um jovem branco de classe média. Ainda assim, a sensação de instabilidade, seja em razão do processo de autocohecimento, seja das condições de vida, é algo que pode ser compartilhado, em maior ou menor grau, por todos. Por isso, Alves é enfático ao afirmar: “Ser jovem no Brasil hoje, é viver nessa corda bamba todos os dias.” ●

Uma nova política, um velho embate

Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, lançada pelo governo no final de agosto, evidencia os novos contornos de uma disputa antiga, que opõe os interesses públicos aos privados pelos rumos da formação profissional no país

ANDRÉ ANTUNES

Símbolo de uma disputa entre concepções distintas para a educação profissional. Essa é uma das sínteses possíveis da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), lançada no final de agosto pelo Ministério da Educação (MEC). Como toda política educacional, ela nasce em meio às polarizações que moldam o cenário político brasileiro — e seu texto reflete as tensões que atravessam o campo da educação profissional no país. “Ela é fruto de uma correlação de forças que está presente na sociedade e que se reflete na base de apoio do governo”, resume Dante Moura, professor aposentado do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Assim como outros especialistas em políticas de educação profissional entrevistados pela Poli, ele avalia que, no curso dos 24 artigos que compõem o Decreto nº 12.603/2025, que instituiu a PNEPT, se desenrola um embate entre projetos concorrentes — para não dizer antagônicos — para a educação profissional. De um lado uma concepção de formação humana e integral baseada em princípios como o currículo integrado e a politecnia; de outro, abordagens alinhadas aos interesses imediatos do empresário da educação profissional e do setor privado como um todo, que priorizam uma formação para o trabalho num sentido mais estrito, voltada para o mercado. Uma disputa desigual. Pesquisadores alinhados à educação crítica avaliam que a PNEPT dá sinais de que o pêndulo da política educacional nessa conjuntura oscila na direção das concepções mercadológicas de educação profissional e dos interesses privados, a despeito de alguns avanços que a Política traz. Mas ressaltam: há espaço para disputar sua implementação.

Avanços

A PNEPT começou a ser gestada há dois anos, com a aprovação da Lei nº 14.645/2023, que alterou artigos da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) referentes à educação profissional. No artigo 4 da lei de 2023 ficou estabelecido um prazo de dois anos para que a União, em colaboração com estados e municípios, formulasse e implementasse uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Com esse objetivo foi formado, a partir de um decreto de abril de 2024, um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) que reuniu, além de vários ministérios e órgãos do governo federal, representantes do Conif, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Conass e do Conasems, que representam, respectivamente, as secretarias estaduais e municipais de saúde, além de representantes do Sistema S — como o Senai, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e o Senac, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, entre outros — e do setor privado da educação, como a ABMES, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e a ABMET, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Escolas Técnicas, entre outras entidades.

Foi esse o grupo que produziu o documento divulgado no final de agosto. Em linhas gerais, são três eixos que orientam as estratégias da PNEPT: expansão da oferta de cursos de educação profissional, melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, por fim, alinhamento da oferta com “as demandas da sociedade e do mundo do trabalho” e a coordenação e articulação



de políticas que envolvam a educação profissional.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), via assessoria de comunicação, a Política “cria um marco integrado de princípios, diretrizes e instrumentos de avaliação, garantindo maior coerência entre sistemas de ensino, instituições formadoras e mundo do trabalho”. O decreto também “organiza e qualifica a expansão da oferta, assegurando que ela esteja alinhada às necessidades locais e nacionais, ao Plano Nacional de Educação (PNE) e às estratégias de desenvolvimento do país”. O ministério destaca ainda, como uma das principais “novidades”

do Decreto nº 12.603/2025, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept). “[Ele] vai estabelecer parâmetros próprios

para monitorar a qualidade da oferta da EPT em todo o país, algo inédito no arcabouço normativo”, destacou o MEC.

Para Dante Moura, a regulamentação de uma política nacional de EPT é importante, e ele cita exemplos do que vê como pontos positivos do texto, ainda que não sejam propriamente novidades, principalmente no capítulo que versa sobre as estratégias da Política. A promoção da articulação da educação profissional com a Educação de Jovens e Adultos “com vistas à elevação da escolaridade”, a implementação de programas e ações de formação continuada de docentes e demais profissionais da educação profissional e tecnológica, além da promoção da educação do campo são três aspectos da política citados como avanços. “É importante que isso fique consagrado na política”, diz Moura. De novo mesmo, ele cita a estratégia de estímulo à internacionalização, “sobretudo as que envolvam a América Latina e Caribe e países emergentes”, para disseminação de conhecimento sobre a EPT. “Essa opção pela relação sul-sul é muito importante. Tende a romper com a lógica da internacionalização submissa, que significa ir para o Norte Global, porque eles é que sabem e nós vamos aprender, ou então eles vêm nos ensinar. Uma relação completamente assimétrica”, avalia.

Em entrevista à jornalista Cátia Guimarães publicada no Portal EPSJV em setembro, Luzia Mota, reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e coordenadora da

Câmara de Ensino do Conif, defendeu que o principal mérito da política foi institucionalizar as ações realizadas hoje. “O país sofre com a falta de perenidade das políticas [...] Então, a ideia, tanto do governo quanto das instituições que trabalham e ofertam EPT é cada vez mais institucionalizar a educação profissional dentro das diretrizes que o país precisa”, afirmou Mota. Com a Política Nacional, complementou ela, “tanto a Rede Federal quanto todos os outros entes caminharão em um mesmo sentido, com as mesmas diretrizes. Isso é muito importante”.

“

O PROBLEMA NÃO É O
DECRETO ATUAL, [...] É A LEI
QUE O PRECEDEU E QUE, DE
CERTA FORMA, FAZ UM LINK
COM A CONTRARREFORMA
DO ENSINO MÉDIO”

ALMERICO LIMA
Professor da UFRB

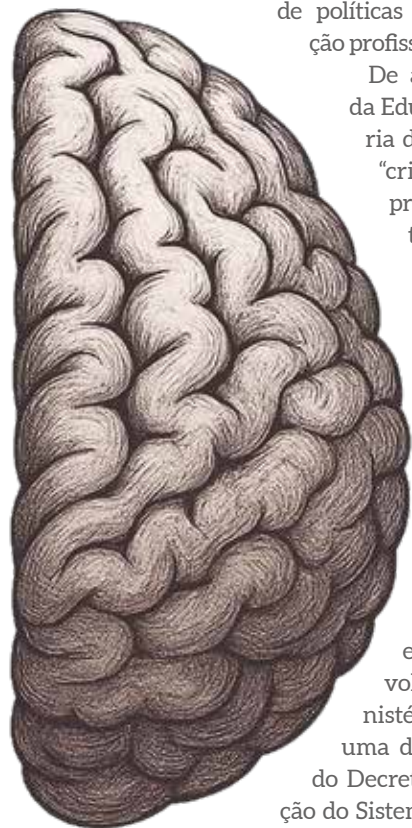
Disputas

Mas em que sentido se dará essa caminhada? Essa é uma questão que suscita alguma inquietação. E aqui entra de novo a correlação de forças trazida por Dante Moura, e a predominância, segundo ele, é a dos interesses privados nos debates educacionais dentro do governo. “Atualmente essa correlação é amplamente favorável aos interesses de mercado, do capital”, avalia professor aposentado do IFRN, ponderando em seguida: “Mas ela dá margem para uma certa disputa”.

Segundo Almerico Lima, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e integrante da Rede de Ensino, Pesquisa e Extensão da Educação Profissional e Tecnológica Pública do estado (REDEEPT), essa predominância do setor privado se deu inclusive nas comissões que debateram não só a PNEPT, mas também a lei de 2023 que a originou. “Há uma maioria do campo empresarial”, disse Lima também em entrevista ao Portal EPSJV. Ele argumenta que, além de representantes do setor privado de educação profissional, há também representação do Sistema S, controlado pelas confederações patronais do comércio e da indústria, entre outros setores. “O Sistema S é controlado pela área empresarial. Então, ele [o empresariado], na verdade, está duplamente representado. Isso, para mim, é um problema de equilíbrio”, afirmou Lima.

Segundo os entrevistados, a materialização disso no texto da Política se deu de diversas formas. Uma das

CHATGPT



representantes do Conif nas comissões que debateram a política, Luzia Mota, contou que o Conselho defendeu que o texto trouxesse a perspectiva de fortalecimento da oferta de cursos de educação profissional integrados ao ensino médio, que são o grande diferencial da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. “Nós tentamos que fosse mantida a integração, mas não conseguimos”, lamentou. Ao invés de integração, o texto fala em articulação da educação profissional com o ensino médio. A forma articulada inclui duas modalidades de oferta: a integrada e a subsequente.

O MEC respondeu que a terminologia segue a da LDB, que desde a aprovação da Lei nº 11.741/2008 também fala em articulação. “O uso do termo “articulada” no decreto não representa uma omissão ou recuo em relação à defesa do ensino médio integrado. Pelo contrário: o integrado está plenamente incluído dentro da concepção de articulação defendida pela política”.

Para Dante Moura, essa ideia não é tão simples assim, principalmente se a Política for levada em conta a partir de seu contexto mais amplo. “A forma integrada não aparece como prioridade em momento nenhum. Só se fala em articulação. E a indução toda é na direção do itinerário formativo, que é oposto à integração”, avalia, fazendo referência ao modelo consagrado pela contrarreforma do ensino médio, de 2017, que fragmentou o currículo em formação geral e itinerários formativos, entre eles o da formação profissional - oposto à lógica do currículo integrado. Moura aponta que esse é um tema que será disputado na hora da materialização da política, mas ressalta: “Isso dificulta a disputa, porque já dá uma induzida, no sentido de que aquilo que era defendido como sendo prioritário, no âmbito da política, não é mais”.

O professor aposentado do IFRN chama atenção para o fato de que a formação integrada foi uma prioridade do governo federal nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2011, em especial após a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que voltou a permitir a integração entre a formação geral e a educação profissional no ensino médio. Ele revogou o de nº 2.208/1997, publicado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que não previa a oferta de educação profissional na modalidade integrada, apenas a subsequente e a concomitante. Com isso, programas do governo federal que se seguiram deram prioridade à formação integrada, como é o caso do Brasil Profissionalizado, de 2007. “Ele foi criado originalmente para fomentar nas redes estaduais o ensino médio integrado”, resgata o professor aposentado do IFRN. Segundo ele, havia ali uma “correlação de forças mais favorável” para os setores que buscavam romper com as políticas dos anos 1990 que caminhavam no sentido de uma aproximação ao mercado. “O contexto atual é outro”, diz Moura. Para ele, foi “extremamente importante” a aliança feita em 2022 para eleger Lula para o terceiro mandato, “mas a conta está sendo cobrada. E isso se reflete nas políticas”, observa.

Almerico Lima também vê como problemática a falta de prioridade à formação integrada no texto da Política, principalmente por ser essa modalidade que é predominante hoje nos institutos federais, referências em termos de educação profissional pública no país. Em entrevista ao Portal EPSJV, ele alertou que o texto da PNEPT se alinha com o enfraquecimento dessa modalidade de oferta na esteira da aprovação da contrarreforma do Ensino Médio em 2017, mas também com o próximo Plano Nacional de Educação (PNE), cujo texto, da maneira

como foi encaminhado pelo governo federal (e que se encontra hoje em tramitação na Câmara) não fala em integração, mas sim em articulação. Ao contrário do PNE anterior, que cita, em várias estratégias da meta 11, o fomento a expansão das matrículas na educação profissional com ênfase na modalidade integrada e a promoção da integração curricular entre ensino médio e técnico. “O problema não é o decreto atual, [...] é a lei que o precedeu e que, de certa forma, faz um link com a contrarreforma do Ensino Médio”, disse Almerico Lima. A PNEPT e a lei que ela regulamenta, segundo ele, apresentam coerência com o projeto da contrarreforma para a educação profissional, que tem como um elemento central as parcerias público-privadas para a oferta dos itinerários da formação técnica e profissional. “Essa é uma questão central: a possibilidade de você trabalhar na ampliação da oferta de educação profissional na área privada, financiada com recursos públicos”, destaca o pesquisador.



**É O ESTADO BRASILEIRO
CONCEDENDO À INICIATIVA
PRIVADA O DIREITO DE
DEFINIR QUE CONCEPÇÃO
DE EDUCAÇÃO SERÁ
PROPORCIONADA À CLASSE
TRABALHADORA. E AINDA
FINANCIAR ISSO”**

DANTE MOURA

Professor aposentado do IFRN

Qual é o lugar do setor público?

Outra diferença da Política em relação à lei do PNE em vigor com o Projeto de Lei do PNE 2024-2034 e que segundo Moura e Lima vai ao encontro do que diz o texto da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – é a redução, de 50% para 45%, da participação do setor público na expansão das matrículas de EPT. Expansão para a qual não foram estabelecidas metas no PL do novo PNE, ao contrário do PNE 2014-2025, que falava em triplicar as matrículas.

Já a PNEPT fala, no artigo 14 – que enumera as estratégias da política – em “fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, por instituições públicas e privadas”, sem distinção. Para

Dante Moura há um esvaziamento do papel do setor público nesse debate e um aceno aos interesses do empresariado da educação profissional. “Aqui tem algo muito problemático: a explicitação de que haverá fomento público à iniciativa privada. Ele já existe, mas aqui a política está naturalizando isso, ou seja, de que recurso público será destinado à iniciativa privada para a implementação da Política”, aponta. E critica: “É o Estado brasileiro concedendo à iniciativa privada o direito de definir que concepção de educação será proporcionada à classe trabalhadora. E ainda financiar isso”. Moura completa que o principal parceiro privado que será beneficiado são as entidades que compõem o Sistema S: Senai, Senac, Senar, etc. “E qual é a concepção de formação humana que interessa ao Sistema S? Claro que o empresariado não vai formar a classe trabalhadora para questionar a lógica do capital, mas para se adaptar aos seus interesses. É problemático, mas também está em disputa”, diz.

Há 19 menções às “demandas do mundo do trabalho” como balizadoras das estratégias de expansão da oferta e de melhoria da qualidade dos cursos na educação profissional ao longo dos 24 artigos da Política. Segundo Moura, o uso dessa expressão é uma tentativa de dourar a pílula, substituindo no texto o que para ele seria o verdadeiro sentido da Política. “A expressão mundo do trabalho é utilizada no sentido estrito de mercado de trabalho, que significa a relação de compra e venda da força de trabalho. Mundo do trabalho é mais amplo e se refere à totalidade da atividade humana do trabalho, com seus fenômenos, ambientes, relação de força entre capital e trabalho”, explica o professor. Ele cita como exemplo o inciso 6 do artigo 2, que lista os princípios da PNEPT: “aderência da oferta educacional ao contexto

social, econômico e produtivo local e nacional, para a inserção dos egressos no mundo do trabalho”. “O texto está falando da inserção dos egressos no mercado de trabalho”, argumenta o pesquisador. Já entre os objetivos da Política, no artigo 4, está o de “estimular a participação ativa do mundo do trabalho na oferta de educação profissional e tecnológica”. “Aqui claramente se está falando do setor produtivo, do mundo empresarial”. Para Moura, a leitura faz mais sentido a partir do momento em que se resgata o texto da Lei nº 14.645/2023, que deu origem à Política Nacional de EPT. O inciso 3 do artigo 4 da lei – que trata das ações a serem contempladas pela PNEPT – fala em uma “participação ativa do setor produtivo na formação e na empregabilidade dos egressos da educação profissional e tecnológica”. “Aqui está dito de forma explícita o que de certa forma foi ‘amenizado’ no texto da Política”, diz Moura.

A assessoria do MEC respondeu que a PNEPT não sinaliza uma mudança no entendimento sobre o papel do setor público na expansão da EPT. “A Política Nacional, ao mencionar no artigo 14 o ‘fomento à expansão da oferta de EPT por instituições públicas e privadas, consideradas as necessidades regionais’, reafirma a diretriz constitucional da complementaridade entre os setores público e privado, respeitando os arranjos federativos e a diversidade regional do país. Esse trecho não representa mudança de orientação política, mas o reconhecimento do papel que diferentes instituições podem exercer, sem enfraquecer o papel estruturante do setor público”, diz o texto enviado à Poli. O ministério afirmou ainda que a meta de que pelo menos 50% da expansão das matrículas na educação profissional se dê na rede pública, prevista no PNE 2014-2025, segue sendo uma “diretriz fundamental”. “O crescimento da oferta pública continua em curso e permanece como prioridade estratégica da política nacional”, garantiu a Pasta, que afirmou ainda que o governo, ao mesmo tempo em que “reconhece o protagonismo do setor público” na expansão da EPT, considera “estratégias complementares, inclusive em cooperação com o setor privado”.

Já para a representante do Conif Luzia Mota existe sim uma inflexão em relação ao papel do público nas metas para a educação profissional no decênio anterior. E, segundo ela, o Conif chegou a encaminhar um documento solicitando que a meta de 50% da expansão das matrículas na rede pública, bem como uma meta de ampliação da oferta do Ensino Médio Integrado em até 20%, fossem incluídas no texto do projeto de lei encaminhado pelo governo federal ao Congresso. Segundo Mota, uma proposta similar foi discutida no GT de elaboração da PNEPT, mas não avançou. “O problema todo foi o texto do PNE. Nós não conseguimos nos afastar

daquele texto porque a defesa que foi feita lá [no GT] é que a Política se integrasse à proposição do PNE”, disse a coordenadora da Câmara de Ensino do Conif ao Portal EPSJV.

Hegemonia e contra-hegemonia

Segundo Moura, o balanço é que, embora positiva, a regulamentação da PNEPT traz um conteúdo “marcado pelas disputas entre concepções distintas e antagônicas de educação”. O que faz com que traga contradições. Um exemplo? O texto traz como um de seus princípios a “centralidade do trabalho como princípio educativo” – conceito ligado a intelectuais do campo progressista da educação, como Gaudêncio Frigotto, e que defende que a formação para o trabalho precisa ir além da formação meramente utilitarista, voltado para o emprego, entendendo o trabalho como elemento de transformação da realidade, não apenas de adaptação a ela. Ao mesmo tempo, no entanto, a política em vários momentos reforça, segundo seus críticos, uma concepção de formação contrária a esse princípio, com foco no mercado de trabalho, ou seja, na relação de compra e venda da força de trabalho. E essa é a que prevalece, segundo o professor aposentado do IFRN. “Isso reflete a hegemonia do capital sobre o trabalho em toda a sociedade”, analisa. Hegemonia que não se dá “de forma linear nem absoluta” diz ele, e que deve ser alvo de disputa. “Há uma contra-hegemonia que pode e deve ser fortalecida no processo de materialização da política. Os profissionais, os gestores, os estudantes, as comunidades acadêmicas em geral, têm um papel muito importante na disputa pela direção que ela será materializada”, avalia Moura, e conclui: “Não é terra arrasada”. ●

SAÚDE E RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS

No mês em que se celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, escolhido em razão do aniversário de morte do líder do maior quilombo do Brasil, a revista *Poli* traça um panorama de como anda a saúde quilombola no país e investiga, se mais de um século após o fim (oficial) da escravidão, já é possível para as populações quilombolas exercerem, de fato, sua cidadania.

ERIKA FARIAS

Depois de quase uma hora subindo por uma trilha dentro da mata, vemos uma gruta. Se do lado de fora os termômetros marcavam cerca de 35°C, a temperatura, ali entre as pedras, caía abruptamente. De frente para aquele espaço silencioso, Adilson Almeida, líder do Quilombo do Camorim e presidente da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro (Acquilerj), pediu permissão a seus ancestrais e nos convidou a entrar no espaço: um santuário onde pessoas escravizadas se reuniam no passado, não apenas para se protegerem durante a fuga, mas para manterem viva sua fé. Duas imagens em cima das pedras, uma de Xangô, orixá iorubá que simboliza a justiça e a verdade no Candomblé e na Umbanda; e um Preto Velho, que representa a ancestralidade africana na Umbanda, testemunham um canto de pássaro ao

fundo. “Estão ouvindo o Uirapuru cantando? É um bom sinal. Ele não canta para todo mundo”, diz ele.

A gruta é uma de tantas que o atual Sítio Arqueológico do Camorim, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, abriga. Acredita-se que o Quilombo do Camorim teve sua origem a partir de 1622, com a edificação do Engenho do Camorim. Ele foi sendo formado tanto por indígenas que já estavam na região, quanto por pessoas negras escravizadas fugidas, além daquelas que permaneceriam no espaço após 1888, diante da falta de políticas compensatórias após o fim da escravidão. Hoje, conta com 14 hectares de área preservada, por onde caminhamos com Adilson nos apresentando a história da região. A trilha que passa por trás de onde fora uma das “casas grandes” do engenho é desafiadora. Ela atravessa o rio Camorim e sobe uma montanha. Depois desse percurso, o líder do Quilombo nos convida a uma reflexão: “Eu gostaria que vocês fechassem os olhos por um minuto e pensassem como devia ser viver nestas condições. Precisando cruzar matas fechadas no escuro, sem sapatos, roupas que o protegessem, com fome, fugindo dos maus tratos, fugindo para preservar a própria vida. Vocês conseguiriam?”, pergunta. Ficamos em silêncio.



Direitos

O Decreto nº. 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas define os quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofridas”. Quilombo vem da língua africana banto e significa “povoação”, um espaço de resistência e luta contra a escravidão que se dava à época. Formados por pessoas escravizadas fugidas de uma vida de submissão e violência, os quilombos se instalavam em locais de difícil acesso e se organizavam a fim de se protegerem de tropas coloniais. Seu objetivo primordial era a liberdade. Hoje, comunidades quilombolas permanecem como sinônimo de resistência e ancestralidade, mas não sem a necessidade de permanecer travando lutas diárias pela garantia de seus direitos humanos mais básicos.

É por isso que para a própria comunidade, ser quilombola vai além da definição mais conceitual. “É manter o legado. É entender de onde você veio e saber

para onde você quer ir”, reflete Almeida. Sua fala é corroborada por Mateus Brito, coordenador Nacional da Conaq, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e membro do Quilombo Lagoa de Maria Clemência, em Vitória da Conquista (BA). “Ser quilombola hoje é insistir na resistência, insistir em reafirmar a sua identidade étnico-racial e buscar ser guardião da cultura, da ancestralidade, da territorialidade de onde você vem, do território onde você pertence”, afirma.

Quando se pensa nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), de universalidade, integralidade e equidade, percebe-se que ainda há um longo caminho a avançar, especialmente na saúde da população quilombola. Isso porque a cidadania desses grupos ainda não é exercida efetivamente, apesar da existência de legislações apontando nesse sentido, pelo menos, desde 1988, quando os direitos quilombolas foram reconhecidos na Constituição Federal. Em seu artigo 68, ela já afirmava que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Mas esta garantia, efetivamente, ainda não se deu. Só com o decreto de 2003, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi regulamentada a previsão de 1988, e entre os avanços da nova legislação esteve a atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como responsável pela regularização das comunidades. Outro destaque do decreto foi a noção de que pessoas quilombolas têm o direito de se autorreconhecerem como tal – de acordo com a Convenção 169 da Or-

ganização Internacional do Trabalho (OIT), oficializada no ano de 2002, no Brasil.

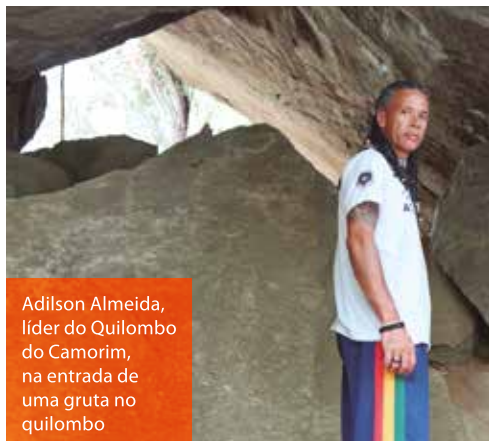
Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Anos depois, se tornou base, da Agenda Social Quilombola (ASQ), por meio do Decreto nº, 6.261/2007. Sob a coordenação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) seus objetivos se voltaram a quatro eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania. No mesmo ano foi instituído por meio do Decreto nº. 6.040/2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivo de reconhecer, fortalecer e garantir os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos quilombos. Já em 2010, com a promulgação da Lei nº 12.888, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial, definindo que “os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

Mas a pergunta que fica é: o que tudo isso tem significado na prática, e como pensar em uma saúde ampliada, que vá além da ausência de doenças, sem que a articule com outros condicionantes socioeconômicos? A questão do território, por exemplo, é, ainda hoje, o maior foco de luta e resistência para as comunidades. “A identidade quilombola está, necessariamente, ligada a uma territorialidade”, afirma Mateus Brito. Em 2022, pela primeira vez, a população quilombola foi identificada como grupo étnico no Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicado em 2023. Esses dados apontaram que, no Brasil, há mais de 1,3 milhão de quilombolas, distribuídos em 1.693 municípios, 24 estados e no Distrito Federal. A concentração maior de quilombos se deu no Nordeste (68,19%). De todas as localidades registradas, apenas 15% estão em territórios oficialmente reconhecidos pelo Estado.

O coordenador da Conaq explica que tanto em quilombos rurais, quanto nos urbanos, existem conflitos. “As ameaças são por disputas territoriais, fundiárias nas comunidades rurais. Tem muito conflito com relação a fazendeiros, grileiros de terra. Tem também os megaempreendimentos, que às vezes devastam esse território, inclusive com o próprio aval do Estado brasileiro, que muitas vezes também é um violador do direito desses territórios”, relata, complementando: “O Estado brasileiro é o maior garantidor, mas também o maior violador dos direitos quilombolas”.

Uma pesquisa realizada pela Conaq em parceria com a ONG Terra de Direitos demonstrou que, entre 2008 e 2022, 70 quilombolas foram assassinados. Desse, cerca de um terço dos casos estava relacionado a disputas de terra. “Nossos direitos são negados a todo tempo. E não dá para relaxar com essa questão de terri-

LARISSA GUEDES / EPSJV-FIOCRUZ



Adilson Almeida, líder do Quilombo do Camorim, na entrada de uma gruta no quilombo

tório. É uma disputa”, relata o líder do Quilombo do Camorim.

Um dos desafios para dar conta da amplitude de ações necessárias às populações quilombolas é a necessidade de articulação com diferentes ministérios, o que se tentou promover com o Programa Aquilomba Brasil (Decreto nº. 11.447/2023), criado com o intuito de promover medidas intersetoriais na garantia de direitos. Sob coordenação do Ministério da Igualdade Racial (MIR), a legislação apontou diversas medidas para a melhoria da condição de vida nos quilombos, como: promover sua segurança e a soberania alimentar e nutricional; garantir seu acesso à saúde física, mental, integral e de qualidade; garantir a regularização fundiária dos territórios, entre outros. Segundo Ronaldo dos Santos, secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT/MIR), o Aquilomba Brasil atualiza e amplia o decreto do Brasil Quilombola, fazendo frente às necessidades que se acumularam em um hiato de políticas. “Atuamos de forma sistêmica, uma vez que partimos do ponto de que as políticas precisam ser sempre integradas e transversais na busca de direitos e bem-viver para a nossa população”, explica.

A indissociabilidade entre território, sustentabilidade e este “bem-viver” das comunidades está presente também no Decreto nº 11.786, que instituiu, no dia 20 de novembro de 2023, a Política Nacional de Ges-

tão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Por isso a questão da regularização dos territórios torna-se fator primordial nas discussões sobre saúde quilombola, porque mais do que apenas um pedaço de terra, eles favorecem a manutenção da biodiversidade, os alimentos e a preservação da cultura e ancestralidade. De acordo com o Censo de 2022, apenas 495 territórios estavam oficialmente delimitados no Brasil. Mas, se em teoria o processo já não é simples, na prática ele é ainda mais complexo.

De quem é a terra?

O primeiro passo é a autodefinição quilombola, com certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, que deve ser apresentada ao Incra. Em um segundo momento, é feito o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com o objetivo de identificar os limites das terras. Com tudo certo, é publicada uma portaria pelo presidente do Incra reconhecendo tais limites no Diário Oficial da União e dos estados. É neste ponto também que ocorre o decreto de desapropriação, quando há imóveis privados no território. Os imóveis são então vistoriados e, após avaliação conforme o preço de mercado, uma indenização é dada àqueles que precisam desapropriar seus imóveis. “Esse é o momento que tem os maiores conflitos, porque é quando tem as perseguições das lideranças. E essa é também a desculpa que o Estado utiliza para não avançar na titulação”, reforça Brito.

Após concluídas todas essas etapas, o presidente do Incra realiza a titulação por uma concessão de título coletivo, por tempo indeterminado e “pró-indiviso” à sociedade, ou seja, torna-se um bem ou direito comum àquele quilombo. Fica também proibida a venda ou penhora do território. Além disso, cabe também aos estados e municípios expedirem os títulos às comunidades quilombolas localizadas nestes domínios. “São 8 mil territórios quilombolas e apenas 500 contam com algum tipo de regularização, ou seja, se seguir nesse

ritmo, o Estado brasileiro vai precisar de mais 2.500 anos para poder titular todos os territórios. E sendo que desses 500, a maioria deles não foi titulada pela União, pelo governo federal, mas pelos estados”, afirma o coordenador da Conaq.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Incra afirmou que entre os maiores desafios neste processo estão a limitação de corpo técnico, a disponibilidade orçamentária para a realização dos estudos necessários e a indenização dos imóveis privados que incidem nas terras reivindicadas pelas comunidades. Também afirmam que “é preciso levar em conta que cada comunidade e cada trabalho de campo tem desafios muito peculiares. Determinados problemas só são conhecidos depois que as atividades para elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) começam”.

Ainda segundo o órgão, outras situações importantes a serem consideradas são o tamanho do território (ou a quantidade de comunidades que ele tem), a distância em relação à superintendência regional do Incra, a maior ou menor dificuldade no acesso, a existência de tensões e conflitos no local e o número de imóveis de terceiros. Mas reforça que “o Incra sempre buscou estratégias para agilizar o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas”. Já o secretário Ronaldo dos Santos, do MIR, afirma que avançar nas etapas que levam à titulação das terras quilombolas tem sido uma prioridade do governo. “O Ministério da Igualdade Racial atua não apenas como articulador nesse processo que leva à titulação, mas principalmente como formulador de políticas públicas para as comunidades quilombolas, sejam elas já tituladas ou não”, explica Santos.

Saúde para quem?

São inúmeros os entraves para o acesso à saúde – incluído aí seu sentido mais literal. Logo na entrada do Quilombo do Camorim, por exemplo, há um ponto final de vans, e são elas que favorecem a mobilidade dos moradores, já que o transporte público não chega ali. Somado a isso, há o fato de que a Clínica de Família mais próxima está localizada a quatro quilômetros. A pé, leva em torno de uma hora e meia. “Está para ser construída uma mais próxima daqui”, diz Almeida, mas pondera: “Se realmente há uma prioridade, ela não se percebe. Quando você ‘bate’ no SUS, a gente tem uma medicina que é cara. E aí [o SUS] não fornece. Quando é para fornecer, está em falta. Graças a Deus, eu tenho minha saúde tranquila. Mas e quem não tem?”, questiona.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ), primeira política do Ministério da Saúde voltada especificamente à essa população, está sendo desenvolvida para defender o acesso à saúde. Segundo o MS, ela representa uma resposta do Ministério frente às propostas e recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), resultantes da 17ª Conferência Nacional de Saúde (2023).

A igreja São Gonçalo de Amarante, na entrada do Quilombo do Camorim, completa 400 anos em 2025

LARISSA GUEDES / EPSJV-HOCRUZ

Mateus Brito conta que a Política está em processo de pactuação tripartite, ou seja, em fase de negociação entre Ministério da Saúde, governos estaduais e municipais para que haja um consenso sobre a Política, definindo ainda os recursos que serão alocados. O coordenador da Conaq explica que ela foi pensada dando conta de três desafios principais. O primeiro é o de aproximar a atenção primária dos territórios quilombolas, através de um plano chamado “Aquilomba SUS”, com adoção de critérios de priorização para os médicos do programa Mais Médicos atuarem nessas comunidades. Uma segunda dimensão é a formação de profissionais para a saúde quilombola. “Os profissionais de saúde às vezes não sabem o que é quilombo, não veem isso na graduação”, diz Brito. Por fim, ele aponta a inclusão dos quilombolas nas redes de atenção, que por vezes têm seus serviços centrados na zona urbana. Já para a Secretaria do Ministério da Igualdade Racial, a expectativa quanto à Política é permanecer avançando em sua formulação, até que esse movimento culmine em sua implementação. “Os dois órgãos [MIR e MS] seguem em diálogo constante, cada um atuando em sua esfera, de forma complementar, comprometidos com uma política que possa considerar a população quilombola em suas especificidades”, afirma Ronaldo dos Santos.

O saneamento básico (ou a ausência dele) também foi um dos pontos trazidos pelo Censo 2022. Chamou a atenção o fato de que apenas 33,6% dos moradores quilombolas utilizavam a “rede geral de distribuição” como método principal de abastecimento; 24,7% dos moradores quilombolas não tinham

banheiro de uso exclusivo do domicílio; 12,9% tinham apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno, enquanto 6,2% dos residentes não tinham banheiro ou sanitário. “Aqui no Quilombo do Camorim, nós não temos saneamento básico. Ele chega só até a igreja [que fica na entrada da comunidade]. Da igreja para cima não tem. As casas jogavam o esgoto *in natura* no rio, então a gente fez um trabalho de colocar biodigestores para purificar a água. Agora ela já vai, pelo menos, com uma porcentagem limpa, não polui mais tanto o rio”, revela Almeida. “Isso é uma grande demanda que eu tenho com os órgãos, de trazer o básico para dentro da nossa comunidade. De 200 casas que jogavam esgoto *in natura* nos rios, hoje fica na base de umas 50”, conta.

Dia de Zumbi

O dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, foi instituído pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, como um símbolo da luta antirracista no país. Mas o nome traz em si uma disputa de sentidos sobre para quem ele é voltado. “Eu chamo essa data de ‘Dia

da Resistência Preta’. Porque quando fala de ‘consciência’, fica parecendo que nós não temos. E quanto ao ‘negra’, sempre associam tudo de ruim a este nome: nuvem negra, lista negra... Já à cor preta, não. O feijão preto, por exemplo, todo mundo gosta”, afirma Almeida, que apesar das críticas sempre realiza uma festa na comunidade para celebrar a data. “Para falar desse 20 de novembro, a gente tem que refletir sobre as nossas ações. Se eu quero viver um presente de igualdade e respeito, eu tenho que criar isso para o futuro. Não é uma luta de um movimento em que criaram uma ‘consciência negra’, porque consciência nós temos. Se eu não tivesse consciência, eu não estaria lutando por esse espaço, para manter toda essa memória viva”.

Apesar das contradições que envolvem estas datas, já são 137 anos desde a “oficialização” da abolição da escravidão no Brasil – o último país do continente americano a fazê-lo. De lá para cá, apesar das conquistas, fica claro que há uma disparidade no acesso a direitos entre a população em geral e os descendentes de pessoas que foram escravizadas no país. Mais do que isso: de que, sem mobilização, a vida digna, negada a toda essa população há mais de cinco séculos, permanecerá como um direito não concretizado. Ainda que os riscos de resistir, segundo Adilson Almeida, permaneçam tão perigosos quanto no passado, ceder não é uma opção. O líder do Quilombo do Camorim cita Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018, por motivações políticas relacionadas à expansão das milícias. “Ela foi uma pessoa que me ajudou muito aqui. Conheci ela pessoalmente, de luta. E o que aconteceu com ela?”, pergunta. “É por isso que eu falo. Minha vida hoje é tensa. Porque mexeu com o sistema... Mas eu não vim para agradecer o sistema, eu vim para lutar contra ele”, conclui. ●

Preservação do ambiente

Há uma associação direta entre populações quilombolas e preservação ambiental. Segundo o “Projeto MapBiomias – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 e 2022”, realizado por uma rede colaborativa com ONGs, universidades e empresas de tecnologia, territórios quilombolas brasileiros estão entre as áreas de menor desmatamento do país. São 3,4 milhões de hectares de vegetação nativa, o que representa 0,6% do total nacional. Os dados apontam que, entre 1985 e 2022, a perda de vegetação nativa nesses territórios foi de 4,7% contra 17% em áreas privadas. Ainda de acordo com o levantamento, essa vegetação nativa está concentrada na Amazônia (73%), seguida do Cerrado (12%) e Caatinga (10%). Para se ter uma ideia, em quilombos na Mata Atlântica houve ganho de 7,8 mil hectares de vegetação nativa. “Em 40 anos, os territórios quilombolas preservaram, deixaram a floresta de pé, mais do que áreas privadas, mais até do que territórios indígenas”, afirma Mateus Brito.

O coordenador da Conaq fala sobre essa proteção, ainda que diante de um contexto de constantes ameaças. “Apesar de toda a violência e disputa, do conflito territorial no qual mais de 30 lideranças foram assassinadas só de 2018 para cá, os territórios quilombolas contribuem para o conjunto da sociedade brasileira mantendo a floresta de pé”, reforça, e faz um alerta sobre o papel fundamental que os quilombos têm na preservação da sociobiodiversidade. “Esse é um processo que os territórios fazem não só para eles próprios, mas para toda a sociedade brasileira, para o mundo todo. Em tempo de crise climática, manter a floresta de pé, preservada, é um trabalho que as comunidades quilombolas fazem, apesar de estarem no meio de conflito, de disputa, e não terem o seu território protegido”, assegura Brito.

Esta matéria é imersiva: aponte a câmera e assista à videorreportagem



bit.ly/videorreportagem_revistapoliti02



“PODE PARECER QUE A AIDS É UM PROBLEMA CONTROLADO, QUANDO NÃO É”

Veriano Terto

.....

O mês de dezembro é marcado pela campanha nacional de prevenção e conscientização sobre o vírus HIV e a aids, conhecida como Dezembro Vermelho. A iniciativa tem como referência o Dia Mundial de Luta Contra a Aids, que foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1988. No entanto, o compromisso global com essa luta tem sido desafiado nos últimos anos, quando ataques aos direitos humanos impactaram diretamente as políticas de saúde. Governos conservadores - como o de Jair Bolsonaro, em 2022, e o de Donald Trump, em 2025 - promoveram cortes em programas de distribuição de medicamentos e de enfrentamento à epidemia. Em contrapartida, políticas sociais podem ajudar a reduzir as infecções e mortes. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aponta que o programa Bolsa Família diminuiu de forma significativa os casos e as mortes por aids entre mulheres pobres no Brasil: a queda foi de 47% na incidência e de 55% na mortalidade entre filhas de beneficiárias; e entre as mães, a redução foi de 42% e 43%, respectivamente. “Epidemias são, além de fenômenos clínicos, fenômenos políticos, sociais e culturais”, afirma Veriano Terto, vice-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Nesta entrevista, ele analisa o cenário das políticas públicas, destacando os avanços e alertas no enfrentamento ao vírus e à doença.

.....

GIULIA ESCURI

AO LONGO DAS DÉCADAS, O TRATAMENTO E A PREVENÇÃO DA AIDS AVANÇARAM MUITO, MAS AINDA PERSISTEM DESIGUALDADES, PRECONCEITOS E ESTIGMAS. COMO VOCÊ AVALIA ESSA TRAJETÓRIA DESDE O INÍCIO DA EPIDEMIA DE HIV?

Estamos falando de quase 40 anos de história da aids e pelo menos 37 da instauração do Dia Mundial de Luta Contra a Aids, que teve o primeiro em 1988. Uma iniciativa do então Programa Global de HIV, aderida pela grande maioria dos países que compõem a ONU.

A aids trouxe um impacto muito violento, muito grande na nossa cultura, na chamada cultura ocidental cristã e no mundo inteiro como um todo. Depois de anos do advento dos antibióticos, que podem controlar uma grande parte — se não a totalidade — das infecções sexualmente transmissíveis, pelo menos as mais conhecidas, como sífilis e gonorreia, a gente tem o advento de uma doença em forma pandêmica, no mundo inteiro, que é a aids. Justamente por transmissão sexual e sanguínea.

O sangue tem uma série de significados culturais, sociais e religiosos em uma grande parte do

Ocidente, mas também em outras culturas no mundo. É uma doença que mexe com o imaginário sexual, mítico e religioso de uma maneira muito profunda e cultural. Nesse sentido, é uma doença fortemente estigmatizada, porque afetou, e afeta, primeiramente, grupos sociais historicamente marginalizados, como a população LGBT+, usuários de drogas (principalmente aqueles que usam drogas injetáveis) e prostitutas. E a aids veio reforçar esse estigma.

Ao mesmo tempo, ela contribuiu para ressignificar as identidades sociais desses grupos, que passaram também a ter valores mais relacionados à cidadania, porque reivindicaram para si valores cidadãos, como os direitos humanos: o direito à saúde e o direito à vida. Então, foi importante para ressignificar o lugar político e social dos grupos mais estigmatizados.

Portanto, foi uma epidemia que reforçou essa relação — ou mostrou o quão importante é trabalhar com a dimensão de direitos humanos, de mobilização comunitária — para se enfrentar uma pandemia. A aids tem várias lições nesse sentido, que ficam como uma espécie de reservatório, de biblioteca, um

acúmulo muito interessante que inclusive pode ser usado para outras pandemias. Também mostrou o quão importante é trabalhar essa relação de direitos humanos com saúde, porque é através de respostas dentro do marco dos direitos humanos que enfrentamos grandes epidemias, já que as epidemias são, além de fenômenos clínicos, fenômenos políticos, sociais e culturais. A aids trouxe como lição, até nesse sentido, a importância de trabalhar em parceria com as comunidades diretamente afetadas. É muito importante que as respostas à pandemia incluam de forma ativa não somente um público-alvo, mas também formuladores e cogestores das políticas de enfrentamento para as epidemias. E os desafios... Apesar dos avanços nos medicamentos, ainda há milhões de pessoas no mundo que não têm acesso aos medicamentos antirretrovirais, que conseguem garantir a vida dos que vivem com HIV. Pode transparecer que a aids é um problema controlado, quando não é. No Brasil, ela ainda mata entre 10 e 11 mil pessoas por ano. Isso mostra que não é um número desprezível em relação à nossa população e aponta a gravidade ainda do problema de saúde pública que enfrentamos, além do aumento no número de casos, **principalmente em pessoas mais jovens**, a partir do ano passado. Isso demonstra que são avanços antagônicos. Temos boas lições, boas práticas, bons resultados — mas eles não são suficientes para conseguir alcançar as lacunas que ainda existem. É um paradoxo: ao mesmo tempo em que a gente avança, o estigma permanece. No mundo, ainda faltam medicamentos, falta prevenção e, as novas tecnologias só alcançam uma população limitada, reduzida — principalmente nas classes médias e em pessoas brancas. São desafios ainda muito grandes que temos pela frente.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, publicado em dezembro de 2024, as faixas etárias mais afetadas pelo HIV são os jovens de 15 a 24 anos, que correspondem a 23,2% dos casos, e os adultos de 25 a 34 anos, responsáveis por 34,9% dos registros.

Segundo o UnAids Brasil, em 2024, estima-se que 96% das pessoas que vivem com HIV conhecem seu diagnóstico; 82% estão em tratamento antirretroviral; e 95% dos que estão em tratamento têm a carga viral suprimida, aproximando-se da meta global 95-95-95.

NO CENÁRIO INTERNACIONAL, EM JANEIRO DESTA ANO, OS ESTADOS UNIDOS SUSPENDERAM TEMPORARIAMENTE TODO O FINANCIAMENTO EXTERNO PARA O PLANO DE EMERGÊNCIA DO PRESIDENTE PARA O ALÍVIO DA AIDS (PEPFAR). REINO UNIDO, FRANÇA, ALEMANHA E HOLANDA TAMBÉM ANUNCIARAM CORTES SUBSTANCIAIS PARA AS DOAÇÕES INTERNACIONAIS. ESSES PAÍSES, INCLUINDO OS EUA, RESPONDEM POR MAIS DE 90% DO FINANCIAMENTO GLOBAL DO HIV. NA PRÁTICA, O QUE ESSA REDUÇÃO PODERIA REPRESENTAR?

Esses cortes são feitos, principalmente, nos países africanos e asiáticos, que dependem mais diretamente da ajuda americana para poder conduzir programas de controle e tratamento do HIV. E são esses países que já estão sofrendo mais fortemente as consequências desses cortes. Nos Estados Unidos são os programas governamentais federais que ajudam as pessoas que não podem comprar ou ter acesso a serviços médicos que serão as mais prejudicadas — ou seja, os mais pobres. É uma situação extremamente grave, preocupante. Tem também o corte de recursos para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Enfim, é uma situação muito, muito séria, que a gente não sabe como vai se desenvolver, quais serão os desdobramentos. Mas, em princípio, é muito preocupante. Não afeta diretamente o Brasil nesse momento, porque nós temos um SUS [Sistema Único de Saúde]. O que nós mais tínhamos de apoio americano eram os recursos para pesquisa em saúde e para alguns programas, que vão sofrer. Dessa forma, grosso modo, o Brasil se torna menos dependente dessa ajuda. Mas outros países mais pobres, sim, vão sofrer.

NESSE CONTEXTO, QUAL É O PAPEL DO SUS E DA SOBERANIA BRASILEIRA FRENTE AO HIV E À AIDS? QUAIS POLÍTICAS VOCÊ DESTACARIA COMO MAIS DECISIVAS PARA REDUZIR A TRANSMISSÃO NO BRASIL?

A resposta brasileira, nesse caso, é o programa universal de acesso aos antirretrovirais para todas as pessoas soropositivas ou vivendo com HIV e aids que precisem desses medicamentos, o que é a quase totalidade das pessoas diagnosticadas no país, justamente por causa de uma outra política, que é muito importante: a de testar e tratar as pessoas, principalmente aquelas mais vulneráveis. Então, no Brasil, toda pessoa que testa positivo para o vírus HIV inicia imediatamente o tratamento.

Pepfar é a sigla para President's Emergency Plan for AIDS Relief, programa lançado pelos Estados Unidos em 2003 para financiar ações de prevenção e tratamento do HIV e da aids em países do Sul Global, especialmente no continente africano. A OMS destaca que "a liderança dos EUA, por meio do PEPFAR, ajudou a mudar o curso do HIV na África."

“
NO MUNDO, AINDA
FALTAM MEDICAMENTOS,
FALTA PREVENÇÃO E, AS
NOVAS TECNOLOGIAS
SÓ ALCANÇAM
UMA POPULAÇÃO
LIMITADA, REDUZIDA -
PRINCIPALMENTE
NAS CLASSES MÉDIAS
E BRANCAS”

Isso implica numa outra política, que é o tratamento como prevenção. Ou seja, todas as pessoas em tratamento que conseguem zelar, ou seja, que conseguem tornar indetectável a sua carga viral, o que é um número bastante significativo no Brasil, têm o potencial muito reduzido não só de desenvolver a aids, a doença, como também de transmitir o HIV para outras pessoas.

Essas políticas, que envolvem um acesso universal ao tratamento, um acesso precoce e oportuno, têm um impacto muito importante na prevenção do HIV, ou seja, em diminuir a disseminação. Mas isso não caminha isolado do trabalho de prevenção, porque, infelizmente, a questão do estigma e da ignorância sobre o vírus HIV pode implicar no aumento de casos. Já que muita gente, por essas razões, não procura se testar ou se afasta do tratamento.

O grande pilar da resposta brasileira é a questão do acesso aos medicamentos. Mas tem outros aspectos importantes: essa participação da sociedade civil na governança da epidemia é muito importante para criar uma resposta integral, intersetorial (que também é um dos princípios do SUS) além desse aspecto educativo, que atualmente tem ficado muito a desejar, mas que é importante também.

“

SABEMOS QUE O SILÊNCIO, NO CASO DA AIDS, PODE SER MORTAL. **NÃO FALAR SOBRE ISSO SIGNIFICA NÃO PREVENÇÃO E NÃO TRATAMENTO**”

O QUE É ESSE ASPECTO EDUCATIVO?

O contexto educativo é muito relacionado ao contexto de prevenção: tanto a primária, aquela para as pessoas que não foram infectadas pelo HIV, quanto a prevenção secundária, que é a prevenção para as pessoas que vivem com HIV.

Esse componente educativo de campanhas, que a gente chama de IEC, Informação, Educação e Comunicação sobre o HIV, está bastante prejudicado, porque tem tido poucas campanhas. Há um contexto conservador cada vez mais forte no país, que caminha junto com a ameaça do autoritarismo, e que muitas vezes impede de se falar, de fazer campanhas em escolas, em empresas, de falar sobre sexo, afinal, a aids é o HIV transmitido sexualmente.

Além da falta de recursos, esse contexto conservador impede que muitos gestores, até os bem-intencionados, em municípios e em estados do Brasil, se interessem ou tenham medo de fazer campanhas de prevenção e trabalhar os temas da aids. Sabemos que o silêncio, no caso da aids, pode ser mortal. Não falar sobre isso significa não prevenção e não tratamento.

É POSSÍVEL RELACIONAR GOVERNOS CONSERVADORES E DE EXTREMA DIREITA À REDUÇÃO DE POLÍTICAS E TRATAMENTOS PARA HIV E AIDS?

No Brasil, a gestão passada, no governo Bolsonaro, se não fosse pelo SUS já estabelecido, a gente teria tido um número de mortes evitáveis muito mais alto. No Brasil, durante a pandemia de covid-19, tivemos uma taxa de mortalidade bem mais alta do que a média mundial, apesar de termos o SUS. E isso se deveu às atitudes de negligência também do governo federal,

naquele momento de *fake news*, de tratamentos equivocados, não baseados em evidências científicas, e que acabaram por afastar muitas pessoas do cuidado.

É um grande exemplo de como a extrema direita trabalha. Nos Estados Unidos, a extrema direita também vem cortando custos, recursos, acordos de cooperação com os países de forma unilateral, de forma muito autoritária, brusca, repentina – deixando [sem recursos] países que dependiam deste financiamento.

“

A DEMOCRACIA AMPLIA RESPOSTAS PARTICIPATIVAS E INCLUSIVAS DAS DIFERENÇAS SOCIAIS, DE DIFERENTES SETORES, DE DIFERENTES DISCIPLINAS. **AMBIENTES MENOS DEMOCRÁTICOS TENDEM A TER RESPOSTAS MAIS AUTORITÁRIAS OU SILENCIAMENTOS**”

AO CONTRÁRIO DESSAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA EXTREMA DIREITA, PODEMOS AFIRMAR QUE GOVERNOS COMPROMETIDOS COM PAUTAS SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS TENDEM A IMPLEMENTAR AÇÕES MAIS EFICAZES NA REDUÇÃO DOS CASOS DE HIV E AIDS?

O Brasil é um caso muito interessante para pensar como o movimento de aids, nos anos 90, se beneficiou de um contexto social e político mais democrático para a sua conformação. Afinal, foi uma resposta integral: envolveu sociedade civil, envolveu participação de vários atores da sociedade de forma organizada – ciência, comunidades, gestores – o chamado triângulo.

A própria epidemia e essa movimentação reforçaram a democracia, porque se pôde efetivamente tornar realidade alguns dos princípios do SUS, como universalidade e equidade. O Programa de Acesso Universal aos Antirretrovirais (TARV) para o tratamento da aids é uma amostra de que o princípio da universalidade e da equidade funcionam, podem ser uma realidade.

Então, reforçando a democracia, os medicamentos são efetivamente para todos que precisam. A democracia amplia respostas participativas e inclusivas das diferenças sociais, de diferentes setores, de diferentes disciplinas. Ambientes menos democráticos tendem a ter respostas mais autoritárias ou silenciamentos.

FALANDO TAMBÉM DE POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO DA FIOCRUZ, EM PARCERIA COM O INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA UFBA, MOSTROU QUE O BOLSA FAMÍLIA AJUDOU A DIMINUIR OS CASOS E AS MORTES POR AIDS ENTRE MULHERES POBRES NO BRASIL. QUAL É A RELAÇÃO ENTRE O HIV/AIDS E AS POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS?

O racismo alimenta não só a aids, como a disseminação de outras doenças epidêmicas no país, e mesmo as endêmicas, de alguma forma. Já que, por exemplo, o racismo institucional em serviços de saúde pode afastar pessoas vulnerabilizadas, pessoas negras, dos serviços de saúde.

Nós temos, por exemplo, a questão da PrEP no Brasil. A PrEP é a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV, que implica um programa bastante importante e revolucionário para a prevenção, que é fazer a prevenção ao HIV com o uso de medicamentos. Mas isso tem que ser um programa assistido, não é simplesmente tomar o medicamento. Precisa ser orientado, precisa ter continuidade. E a maioria das pessoas que estão nesses programas são homens, brancos, de classe média, com nível superior.

Isso mostra como as questões de classe e de raça, infelizmente, ainda obstaculizam. São barreiras importantes para que as pessoas mais vulnerabilizadas e estigmatizadas tenham acesso a medicamentos e à saúde. Há até pouco tempo, o maior número de gestantes vivendo com HIV no Brasil era de mulheres pretas. Isso mostra que o HIV avança mais rapidamente entre homens e mulheres negros do que entre os brancos. Isso é mais um reflexo do racismo estrutural que existe no Brasil.

NO FIM DO ANO PASSADO, O MINISTÉRIO DA SAÚDE LANÇOU DIRETRIZES PARA A ELIMINAÇÃO DA AIDS E DA TRANSMISSÃO DO HIV COMO PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA ATÉ 2030. O DOCUMENTO TAMBÉM CONTA COM CINCO OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA ALCANÇAR PARTE DOS RESULTADOS ATÉ 2027. COMO VOCÊ AVALIA A PERSPECTIVA DE ELIMINAÇÃO DA AIDS E DO HIV NO BRASIL?

É preciso olhar isso de forma muito cautelosa. E, principalmente, não deixar que isso crie uma expectativa de que, “bom, estamos prestes a acabar com a aids”. Porque, para muita gente, isso é entendido não como “acabar com a epidemia”, mas como “eliminar a doença”. E não é bem assim. Temos também que evitar banalizações para que os estados, municípios, fundações, a própria filantropia, não deixem de apoiar a aids – que já apoiam pouco – achando que seria um problema praticamente resolvido.

Não dá para cantarmos vitória. As metas para 2030 são muito interessantes, mas elas não podem ser vistas como algo onde os problemas vão estar resolvidos. Até porque alcançar algumas dessas metas pode ser até possível, mas mantê-las, sustentá-las, é outro problema.

No Brasil, nós alcançamos resultados muito bons. **Temos 96% das pessoas que vivem com HIV conhecendo seu diagnóstico**, um número próximo ou igual de pessoas em tratamento, e um número alto de pessoas com carga viral indetectável. Mas como isso se sustenta ao longo dos anos é outra história. Depende de vários fatores. São metas muito importantes, mas temos que olhar com um pensamento crítico sobre como essas metas são alcançadas e como podem ser sustentáveis.

AO MESMO TEMPO, UM LEVANTAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE FEITO PELO HOSPITAL MOINHOS DE VENTO, REVELOU QUE A PREVALÊNCIA DE HIV NA POPULAÇÃO TESTADA CHEGOU A 1,64%, SUPERANDO EM 64% O LIMITE DE 1% DEFINIDO PELA OMS PARA CONSIDERAR A EPIDEMIA SOB CONTROLE. O QUE ESSE DADO PODE INDICAR E COMO VOCÊ INTERPRETA ESSE CENÁRIO?

O caso do Rio Grande do Sul é bem particular, porque não se entende exatamente quais são as razões para que se sustentem esses números, que são altos. Essa prevalência é muito alta. E que, inclusive, rompe um pouco com o modelo do Brasil, que é uma epidemia mais concentrada

em algumas populações. Lá no Rio Grande do Sul, esse número quase indica uma epidemia mais generalizada, não focada em grupos – tipo HSH [homens que fazem sexo com homens], usuários de drogas, ou pessoas em situação de cárcere.

Também é um estado com muitas dificuldades para fazer programas efetivos de prevenção, que sofre com o contexto conservador, autoritário, que nega, inclusive, a própria aids e sua resposta. Isso pode estar contribuindo para a permanência, ou talvez o crescimento dessas taxas, e que o Rio Grande do Sul continue no topo dos estados mais afetados. E a zona metropolitana de Porto Alegre, em especial, nos primeiros lugares de mais alta prevalência de HIV. É preciso reforçar as campanhas de prevenção, a questão da testagem, programas para diminuição do estigma. Certamente, a própria covid-19, com o desmantelamento dos serviços de saúde, a tragédia das chuvas no ano passado, tudo isso também pode estar facilitando mais elementos que permitam o aumento do número de casos.

POR OUTRO LADO, ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO INTERESSANTE PARA REFLETIR SOBRE A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS CONTRA O HIV. NOVAS ANTIRRETROVIRAIS INJETÁVEIS DE AÇÃO PROLONGADA PODEM REDUZIR NOVAS INFECÇÕES EM COMUNIDADES DE ALTO RISCO. COMO VOCÊ AVALIA O POTENCIAL DESSAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS PARA QUE CHEGUEM À POPULAÇÃO?

Essas tecnologias podem ampliar o potencial de escolha das pessoas para a sua prevenção ao HIV. Tem o Lenacapavir, que é um medicamento injetável de apenas duas injeções ao ano. E tem o Cabotegravir, que é um medicamento muito efetivo e é uma injeção a cada dois meses. São medicamentos que já estão mais estudados, já foram feitas pesquisas, estudos clínicos, inclusive para a implementação [no SUS], e que têm encontrado bons resultados. Mas o problema é a sua incorporação. Porque eles tendem a ser caros, e precisam de negociações para ver como podem se inserir no orçamento. Há muito pouco conhecimento no país sobre esses medicamentos, sobre sua forma de ação e suas possibilidades, o que também dificulta, porque se a população não conhece, fica mais difícil justificar a sua incorporação.

Não é um medicamento para tratamento, mas, para prevenção, ou seja, milhões de pessoas vão usar. Fica o desafio: existe capacidade de produção para atender todas as pessoas que queiram usar essas formas de prevenção?

As pessoas vão ter mais possibilidades. Certamente vão ter pessoas que vão preferir continuar usando camisinha. Talvez pessoas que vão passar a usar a PrEP oral – que é o uso de um medicamento todos os dias – ou a PrEP sob demanda, em determinados períodos e fases da sua vida. Outras pessoas vão preferir o uso de injetáveis. Mas o importante é ter várias possibilidades, para que as pessoas, de acordo com o seu momento, com a sua situação de vida, possam escolher a melhor prevenção para si. ●

Fornos urbanos

Pesquisa aponta como o calor, decorrente do desmatamento tropical, está associado a 28 mil mortes anuais

ERIKA FARIAS

Se você é brasileiro, certamente conhece a música do cantor Jorge Ben Jor: “Moro num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”. Enquanto a ideia de residir em um país tropical sempre esteve associada a um clima quente e com belas paisagens, a última década trouxe consigo novos – e alarmantes – contornos. O calor, antes anunciado como uma qualidade, hoje, diante do desmatamento crescente, coloca parte da população em uma situação de risco. Entre 2001 e 2020, 345 milhões de pessoas foram expostas ao aquecimento das áreas degradadas, segundo pesquisas recentes. E mais: neste mesmo período, esse aquecimento induzido pela perda florestal esteve associado a uma média de 28 mil mortes anuais relacionadas ao calor.

Esses dados são apresentados no estudo “O desmatamento tropical está associado a uma mortalidade considerável relacionada ao calor”, liderado pelo Instituto de Ciência do Clima e Atmosfera da Universidade de Leeds (Reino Unido), em colaboração com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Kwame Nkrumah de Ciência e Tecnologia (Gana), que incluiu todas as regiões tropicais do mundo nas Américas, África e Ásia. A pesquisa demonstrou que o Sudeste Asiático é a região com maior taxa de mortalidade relacionada ao calor (8 a 11 mortes para cada 100 mil pessoas que vivem em áreas desmatadas), seguida pelas regiões tropicais da África e das Américas. “O desmatamento já é um problema de saúde pública”, afirma Beatriz Oliveira, pesquisadora da Fiocruz Piauí e uma das autoras do trabalho. Segundo ela, nas áreas onde ocorreram perda florestal, o que se viu foi um aquecimento maior que nas regiões vizinhas. “Quando você desmata, você tem um aquecimento local superior àquele proveniente da mudança climática”, diz.

Quente demais

Embora o aquecimento global não seja um problema novo, as configurações atuais não são as mesmas, explica o historiador Luiz Marques, autor de livros como “Ecocídio: por uma (agri)cultura da vida” (Expressão Popular) e “O decênio deci-

sivo: propostas para uma política de sobrevivência” (Editora Elefante). “Há algo novo que emergiu, e é uma nova taxa de aquecimento médio global, mais rápida. Da ordem de, provavelmente, o dobro daquela que foi constatada nos 40 anos anteriores a 2010”, explica, revelando que “estamos em um processo de aquecimento”, e que, desde 2015, houve uma aceleração nesta taxa.

Segundo Marques, há um outro aspecto que deve ser levado em consideração nos debates mais recentes, que é a aceleração na perda de biomassa florestal. “Isso parece cada vez mais claro, tanto nas florestas tropicais quanto nas boreais e temperadas. Mas no caso das florestas tropicais, a questão é evidentemente mais grave, porque elas concentram uma biodiversidade muito maior”. O historiador explica que o Brasil é o país biologicamente mais rico do mundo. “De longe. Dos 17 países ‘megadiversos’ em termos de concentração de espécies endêmicas, cinco são amazônicos. Então você vê que a Amazônia é o centro nevrálgico da biodiversidade mundial”, afirma.

O que tem se observado é uma grande perda da vegetação nativa nessa região, ainda que, segundo dados recentes do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Inpe, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de agosto de 2023 a julho de 2024, a área desmatada na Amazônia tenha sido de 6.288 km², cerca de 31% menor que o período anterior (atingindo a taxa mais baixa desde 2018). Mesmo assim, um cenário alarmante, com diversas populações vivendo em ambientes termicamente alterados. Beatriz Oliveira conta que hoje a principal emissão de gás de efeito estufa do Brasil é por conta da falta de controle do desmatamento. “A exposição [ao aquecimento local] está ligada à questão de quantas pessoas residem naquela região, e isso difere um pouco do Sul Asiático, porque lá é muito povoado. Então mesmo que lá tenha menos desmatamento, e talvez um menor efeito do aquecimento induzido por ele, aquele aquecimento gerou naquela população mais mortes do que no Brasil, na América Central e América do Sul, onde está acontecendo mais o desmatamento”, explica.

Ainda segundo a pesquisadora, no caso do Brasil, a baixa densidade populacional na região amazônica acaba não refletindo em termos de números absolutos. Mas alerta: “Quando você vai somando os impactos, principalmente em municípios pequenos com menos de 10 mil habitantes, esses municípios menores têm uma infraestrutura, uma capacidade de adaptação e resiliência menor também. Então tem municípios com populações de 11 milhões de pessoas, em que cerca de 50% são classificadas como altamente vulneráveis”, diz Oliveira.

Desmatamento x Saúde

O Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2023, lançado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirma que ultrapassar um nível específico de 1,5°C implicaria impactos diversos aos sistemas humanos e naturais. Ainda segundo o documento, “quanto maior a magnitude e mais longa a duração da ultrapassagem, mais ecossistemas e sociedades ficarão expostos a mudanças mais amplas e intensas nos fatores de impacto climático”. Quanto à urgência de ação, o IPCC é categórico: “Há uma janela de oportunidade que está se fechando rapidamente para garantir um futuro habitável e sustentável para todos”. Esta limitação do aquecimento está alinhada ainda com os objetivos do Acordo de Paris, firmado em 2015, durante a COP21, e principal tratado internacional sobre mudanças climáticas.

Todos esses esforços são ainda mais emergenciais quando se tem em mente que meio ambiente e saúde estão intrinsecamente ligados. A questão do desmatamento, por exemplo, está longe de ser uma questão exclusiva-

mente “ambiental”, tendo em vista que ele é um impulsionador significativo da temperatura local. A exposição prolongada ao calor extremo prejudica a capacidade do corpo de regular a temperatura interna, de acordo com o estudo “Quente demais para ignorar: o crescente impacto das ondas de calor na saúde do Brasil”, publicado em 2025, e que tem Beatriz Oliveira também como um dos autores.

A pesquisadora da Fiocruz Piauí explica que existe uma frequência de temperatura que acontece durante os anos e que é diferente em cada região, fazendo com que dias de calor, por exemplo, sejam mais frequentes em determinados lugares. “Em 95% dos dias, existe uma faixa de temperatura. Em geral, as pessoas estão adaptadas a essa faixa de temperatura. E ela varia, não é a mesma coisa no Rio Grande do Sul ou no Norte do Brasil. O que está acontecendo com a mudança climática é que essas temperaturas estão se deslocando. Com isso, diminuem dias que são mais amenos e mais frios e aumentam os dias que são de muito calor”, relata Oliveira.

Algumas áreas estão mais adaptadas ao calor, com uma população já acostumada às variações, mas há outros locais em que isso não acontece. E com a maior frequência de dias mais quentes, a exposição dessas pessoas aumenta, assim como o impacto sobre sua saúde. “Uma vez que você está exposto a esses dias que não são tão normais para você, essa exposição acaba fazendo com que o seu corpo precise se esforçar mais para se manter a temperatura corporal interna”, diz. Em 2023, por exemplo, durante um show da cantora Taylor Swift, no Rio de Janeiro, Ana Clara Benevides Machado, uma jovem de 23 anos morreu por “exaustão térmica por exposição difusa ao calor”, após pas-

sar mal em meio as 60 mil pessoas que estavam no estádio do Engenhão para a apresentação. Na época, a cidade passava por uma onda de calor com condições de temperatura extrema, com sensações térmicas que se aproximavam dos 50°C. De acordo com a perícia, houve um “quadro hemodinâmico (choque), cardiovascular e comprometimento grave dos pulmões, e morte súbita”.

Publicado recentemente, o “Relatório de 2025 do *Lancet Countdown* sobre saúde e mudanças climáticas”, destaca que “dos 20 indicadores que monitoram os riscos à saúde relacionados às mudanças climáticas, 60% atingiram níveis inéditos no ano mais recente de dados”. Isso porque o corpo humano fica sobrecarregado ao tentar lidar com tantas alterações.

A termorregulação é a responsável pela capacidade de seres vivos manterem uma temperatura corporal adequada ao seu metabolismo. E para que o corpo consiga fazer isso, há uma série de mecanismos fisiológicos que acontecem. “Isso significa que, principalmente, os sistemas cardiovascular e respiratório vão lançar mão de mecanismos para que você dissipe esse calor e mantenha a temperatura do seu corpo, entre eles, a vasodilatação”, explica Oliveira, complementando que o principal processo de dissipação do calor é o suor. “E aí você exige muito do seu sistema cardiovascular. Às vezes, você tem que respirar mais, e com mais esforço, porque precisa de mais oxigênio, o que acaba sobrecarregando o seu corpo para manter aquela temperatura corporal”, conta a pesquisadora da Fiocruz.

Vulnerabilidades

Mas será que todos conseguem se proteger do calor da mesma forma? A resposta é não. Quando se pensa nos mecanismos termorregulatórios, crianças e idosos têm mais dificuldade de executá-los. Nos idosos, por exemplo, a pele mais rugosa dificulta a dissipação de calor, somando-se ainda a outros fatores decorrentes do próprio processo de envelhecimento. De acordo com o *Lancet Countdown*, em 2024, pessoas idosas com mais de 65 anos e bebês com menos de 1 ano tiveram exposição a ondas de calor em níveis recordes, com aumentos de 304% e 389%, respectivamente, em comparação com o período entre 1986 e 2005. Ainda de acordo com o documento, ambos os grupos estão “particularmente em risco”.

Oliveira elucida também as ameaças às pessoas que trabalham expostas a um calor extremo. “Eu produzo calor sentada, mas consigo manter minha temperatura e produzir muito menos calor do que uma pessoa que está vendendo alguma coisa na

praia, por exemplo. Que está exposta ao calor externo, fazendo atividade física e ainda, com o calor interno que produz”, reforça. A pesquisadora explica que roupas que protegem da exposição ao sol muitas vezes impedem a dissipação de calor. “As questões comportamentais e de vulnerabilidade, combinadas, tendem a exercer algum tipo de impacto na saúde, principalmente nesses sistemas vitais que estão muito associados à troca de calor”.

Além disso, outra vulnerabilidade é alçada ao campo de disputas entre aqueles que podem se proteger e aqueles que não têm escolha, senão adoecer. Para Luiz Marques, esta é uma questão que tem um lado óbvio e um menos óbvio. “O lado óbvio, que é o senso comum, é o fato de que os estratos sociais e as nações mais pobres não podem comprar um ar-condicionado, elas vivem em territórios mais vulneráveis a enchentes, a secas, têm um vínculo com o mar muito forte, no caso das populações litorâneas, dependendo muito fortemente da pesca”. Ele complementa: “Se os preços aumentam, se o arroz aumenta 20% ou 40%, isso não vai impactar o meu orçamento, porque sou uma pessoa da classe média, mas vai impactar enormemente uma pessoa de renda muito mais baixa. Então, tudo isso nos leva a concluir claramente que existe uma enorme injustiça climática baseada exatamente na desigualdade”, afirma.

Não tão óbvio quando se pensa na adaptação ao aquecimento, para o historiador, é a “ilusão de que países desenvolvidos, ricos, são imunes”, diz. Para ele, o aquecimento gera um forte efeito sobre a população europeia que não está acostumada ao calor. “Se você vai na Europa, você vê que as casas são fechadas, o ônibus é fechado. Eles estão adequa-

dos para o frio. Então, embora nós estejamos muito mais vulneráveis socialmente, eles estão também muito vulneráveis em outros aspectos”, afirma.

Cenário futuro

Em novembro de 2025, o Brasil sediou a 30ª Conferência das Partes (COP30), órgão máximo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), da Organização das Nações Unidas. O evento internacional, que deve contar com a participação dos 198 países-membros da ONU, tem como objetivo acompanhar e fortalecer as ações globais de enfrentamento à crise climática. Para Luiz Marques, a escolha de Belém (PA) para sediar a COP30 é uma escolha estratégica do ponto de vista geopolítico, por ser uma região amazônica, mas ele lembra que, desde 1992, quando aconteceu a UNFCCC, o acordo tinha como objetivo estabilizar as concentrações atmosféricas de CO₂ e outros gases de efeito estufa, e que isso não aconteceu. “Não houve essa estabilização. Muito pelo contrário. Houve um aumento de mais de 60% desde 1992 até hoje. Não houve nem desaceleração do aumento das concentrações, houve aceleração. Não só aumentou, como aumentou o ritmo. É um fracasso que não posso relativizar”. Outro ponto a ser considerado, é referente à quantia gasta em decorrência das mortes relacionadas ao calor. Segundo outro estudo do *The Lancet Countdown “Latin America Report 2025”*, O Brasil registrou o maior aumento absoluto nos custos de mortalidade relacionada ao calor, de 2015 a 2024, entre países da América Latina com o crescimento de cerca de R\$ 20 milhões, em relação a década anterior.

Beatriz Oliveira destaca algumas mudanças dessa COP. “Ela tem um grande avanço para a gente, em que, de fato, a saúde está sendo colocada como uma pauta bem sólida. Ao invés de focar mais nas discussões políticas e acordos políticos, econômicos, que é muito do que a COP às vezes faz, colocaram essa questão de discutir a saúde pública. Esse é um grande ganho que a gente tem”, afirma. A pesquisadora aponta ainda como o SUS pode servir de lição do Brasil para o mundo nos aspectos voltados à estruturação de políticas em saúde. “O Brasil é um país continental, com várias realidades diferentes. O SUS é uma política capilarizada que te permite olhar de uma forma muito mais orgânica, para essas questões do clima”, reforça e cita exemplos: “Ele atende cerca de 70% da população, tem uma estrutura hierarquizada, com responsabilidade entre seus entes federados, com repasse financeiro bem definido, com estratégias localizadas e territorializadas,

com as equipes de saúde da família, com linhas específicas de cuidado, com vários aspectos que estão relacionados, inclusive, às mudanças do clima”, diz.

Neste sentido, a Fiocruz divulgou no fim de outubro uma carta aberta para a Conferência, em que alerta: “a crise climática é, antes de tudo, uma crise de saúde”. Para garantir a proteção da saúde humana e ambiental, o documento lista diretrizes que podem fazer frente aos desafios atuais, como a importância de dar centralidade à saúde e suas determinações socioambientais nas políticas climáticas; fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde; garantir financiamento climático para a pasta; entre outros.

É dentro deste panorama crítico, em que diversas medidas devem ser referendadas por diferentes nações para que mudanças possam efetivamente ocorrer, que Oliveira reflete sobre aquilo que é possível fazer dentro do panorama atual de aquecimento. “Não somos nós que decidimos economicamente vários dos fatores que influenciam a liberação desses gases. Então trabalhamos com o que chamamos de fator de risco, que é a ameaça climática, a exposição, a vulnerabilidade, e o efeito que eles têm na saúde humana. Reduzir a vulnerabilidade é reduzir a exposição dessas pessoas a um aquecimento que está acontecendo”, diz, e complementa: “Fazemos isso com melhora no acesso à saúde, emitindo alertas para as populações que são mais sensíveis, e em alguns casos disponibilizando medidas de acesso à saúde, por exemplo, para não deixar acontecer o que aconteceu com aquela jovem durante o show. Enfim, reduzir vulnerabilidade é dar condições de vida”, conclui. ●

ANISTIA

A menos que tenha passado os últimos meses fora do Brasil, anistia deve ser um termo com o qual você deve ter alguma familiaridade à essa altura. Por um tempo ele estampou as manchetes dos principais veículos de comunicação do país quase que diariamente, principalmente após o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar o ex-presidente da República Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por ter conspirado contra o Estado Democrático de Direito após sua derrota nas eleições de 2022.

A condenação, a primeira do tipo na história brasileira, acelerou a tramitação, no Congresso, de um projeto de lei com o objetivo de conceder anistia ao ex-presidente e aos demais envolvidos na trama golpista desvendada por uma investigação da Polícia Federal (pelo menos essa era a ideia inicial, já que, no momento em que esse texto foi escrito, a última notícia era de que o relator do projeto pretendia apresentar um texto sem anistia, mas com o objetivo de reduzir as penas dos envolvidos).

Não se sabe ao certo o que virá dessa crise, cujos desdobramentos ameaçam a estabilidade política do país. Mas o fato é que, mais uma vez, a anistia esteve no centro do debate político do Brasil, um país onde a democracia parece caminhar sempre no fio da navalha.

Entre a memória e o esquecimento

A palavra anistia tem origem grega, e compartilha a mesma raiz etimológica de “amnê-

sia”, que significa esquecimento. Aplicada a um contexto político e jurídico, anistiar significa literalmente apagar da “memória” do sistema jurídico os crimes em questão e seus efeitos. É como se, para o Estado, aquele crime nunca tivesse acontecido. Não por acaso, é da Grécia Antiga que veem os primeiros registros históricos da aplicação da anistia política, em geral utilizada como instrumento de pacificação social e reconciliação após períodos de governo autoritário.

Vários séculos depois, esse é um traço que permanece no Brasil contemporâneo. Por aqui a anistia foi pauta central do debate político nacional na segunda metade da década de 1970, principalmente em meio ao processo de abertura **“lenta, gradual e segura”** que marcou a transição do regime militar rumo à redemocratização. A anistia foi a bandeira de dezenas de organizações da sociedade civil surgidas em meados dos anos 1970 para reivindicar a libertação dos presos políticos, o retorno dos exilados e o fim das punições aos trabalhadores, estudantes, servidores e militares que haviam sido demitidos ou cassados pelo regime militar.

Fabiola Del Porto, pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (Cesop/Unicamp), explica que a anistia não era inicialmente uma agenda da transição pretendida pelo regime militar, mas que foi incorporada a partir do momento em que a mobilização da sociedade civil ganhou força. “O crescimento dessa mobilização pela anistia, e dos diversos movi-

Expressão utilizada pelo então presidente Ernesto Geisel (1974-1979) para descrever a estratégia do governo militar para controlar o processo de abertura política durante a ditadura.

mentos sociais que se encontraram nessa luta, conseguiu forçar os limites da transição. Nesse sentido, ela foi uma vitória”, afirma Del Porto.

Sua dissertação de mestrado explorou o papel dos movimentos pela anistia durante o regime militar na reconstituição da sociedade civil no país, e resgatou depoimentos da época sobre a importância da agenda pela anistia como um “despertar para a consciência da política formal”. Um deles é do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo entre 1975 e 1981 – sindicato que foi um polo da luta contra as políticas de arrocho salarial e de repressão à organização sindical durante o regime ditatorial. Em depoimento retirado do livro ‘Memória Viva do Regime Militar’, de Ronaldo Costa Couto, Lula narrou como, quando procurado para discutir a anistia no sindicato, respondeu que “anistia não enche barriga de trabalhador” e que ela não era uma “bandeira prioritária”. Porém, mais tarde, Lula conta que voltou atrás. “Isso mostrava minha despolitização”, disse Lula, completando que a anistia foi fundamental para “conscientizar politicamente”. Foi esse debate que fez com que ele deixasse de ver os perseguidos políticos pela ditadura espalhados nos cartazes de “Procura-se” pela cidade como “bandidos”, e sim vítimas da violência do Estado. “Esse debate [da anistia] propiciou essa descoberta, desnudou o fazer político no cotidiano, a ideia de como a gente pode fazer política nas fábricas, nas ruas. Foram se mobilizando outras questões, que estão ligadas à política também”, destaca Fabíola Del Porto. E completa: “A anistia não foi a que se queria, mas ela permitiu esse espaço de articulação, de expressão, esse crescimento de participação, que foi importante na nossa construção democrática, nas lutas por direitos e depois no **processo constituinte**”.

A Constituição de 1988 estabelece que compete à União a prerrogativa de conceder anistia, de forma coletiva ou a um crime específico, em geral de natureza política. Não estão suscetíveis à anistia o terrorismo, o tráfico de drogas, os crimes hediondos (como o homicídio e o estupro, por exemplo) e a prática de tortura. Além da União, o Congresso Nacional também possui a competência de conceder anistia por meio de um projeto de lei, com a sanção da Presidência da República.

Ampla: que alcançasse todas as vítimas da repressão política. **Geral:** que abrangesse todas as formas de perseguição política. **Irrestrita:** que não houvesse exclusões ou condicionantes.

Anistia e impunidade

A “anistia que se queria” era aquela resumida no slogan dos movimentos da época: “**ampla, geral e irrestrita**”. Mas ainda que o crescimento da oposição à ditadura e da mobilização da

sociedade civil pela anistia tenham tensionado para que esse debate fosse pautado pelo regime militar, isso não foi suficiente para, na correlação de forças com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido político de sustentação da ditadura empresarial-militar, aprovar a anistia defendida pelos movimentos da época. Com isso, a Lei da Anistia (Lei nº 6.683) aprovada em 1979 materializou demandas da ditadura, interessada em garantir que esse processo se desse de forma lenta e gradual, mas sobretudo segura – para ela. Além de excluir da anistia os militantes de organizações armadas de esquerda envolvidos em ações armadas com mortes, os chamados “crimes de sangue”, a lei garantiu que os militares e agentes do Estado envolvidos com a tortura e o desaparecimento de presos políticos não seriam investigados e punidos. Uma ação “preventiva”, segundo a pesquisadora do Cesop/Unicamp, uma vez que, à rigor, para ser anistiado, é preciso ter sido julgado e condenado, o que não foi caso dos agentes da repressão, que não chegaram nem a ser investigados por seus crimes. “Essas duas coisas fizeram com que fosse uma anistia limitada”, lamenta Del Porto.

Para o historiador e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) Gilberto Calil, é necessário distinguir a luta dos que foram perseguidos pela repressão com a anistia “outorgada pela ditadura”. “Ao mesmo tempo em que ela foi limitada em relação às vítimas, foi feita de encomenda para garantir a impunidade dos responsáveis pelos crimes da ditadura” afirma Calil. Ele completa que é “inegável” que a anistia foi importante, na medida em que possibilitou a libertação de muitos que estavam sendo perseguidos e presos pela ditadura, além do retorno dos exilados, mas ressalta: “Pela forma como se deu, ela foi o ponto garantidor da impunidade que se mantém até hoje aos criminosos da ditadura, aos perpetuadores de crimes vinculados ao aparato repressivo”, reforça.

Ecoss do passado

Se na década de 1970 a anistia foi pauta de movimentos que fizeram oposição à ditadura empresarial-militar, hoje ela volta à cena, reconfigurada como uma bandeira conservadora, adotada em defesa de um ex-presidente que fez carreira polí-

tica elogiando a ditadura, e que sempre flertou com o autoritarismo. Uma reviravolta que à primeira vista ajuda a dar sentido àquela frase que diz que “o Brasil não é para amadores”.

Para Calil, as marcas deixadas pela impunidade conferida aos agentes da repressão pela Lei da Anistia são um “elo de comparação possível” entre os dois momentos históricos. “A forma escancarada como a articulação golpista se deu, ao longo de todo o governo Bolsonaro, nos deixa impactados. A gente só consegue entender isso se entender a dimensão do que é a afirmação histórica da impunidade”, avalia o historiador. E complementa: “A sensação de que ela permaneceria é o que torna possível que tenha se colocado em marcha um processo tão explícito de conspiração golpista. A segurança daquele conjunto de sujeitos, sobretudo daqueles vinculados à oficialidade das Forças Armadas, de que não seriam punidos, permite que o processo de conspiração tenha se dado de uma forma tão explícita em discursos, em manifestações públicas de uma série de figuras, inclusive militares”.

No artigo “Anistia e Crise Política no Brasil pós-1964”, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Renato Lemos fala de como o Brasil tem certa tradição nesse tema da anistia política, resgatando também a anistia aos presos políticos da ditadura de Getúlio Vargas durante o chamado Estado Novo, entre 1930 e 1945, e as que foram concedidas pelo presidente Juscelino Kubitschek aos militares envolvidos em levantes de caráter golpista em 1956 e 1959 (conhecidos como as revoltas de Jacareacanga e Aragarças, respectivamente). Lemos aponta que há uma conexão entre a recorrência das medidas de concessão de anistia e os golpes de Estado no país, que por vezes contam inclusive com a participação de militares previamente anistiados.

Uma leitura que pode ajudar a jogar luz sobre o que pode estar em jogo no julgamento dos envolvidos na trama bolsonarista? Para Gilberto Calil, sim. “Essa é a perspectiva mais correta de interpretação. Renato Lemos coloca isso dentro de um contexto mais amplo, de um processo permanente de **contrarrevolução preventiva** por parte dos grupos empresariais, dos grupos políticos vinculados à classe dominante. Mas sim, isso reforça a relevância que tem o desfecho desse processo”, avalia o professor da Unioeste. Ele destaca o caráter “absolutamente sem precedentes” de um julgamento com a possibilidade de que não só o líder de uma conspiração golpista, mas um conjunto de altos oficiais das Forças Armadas envolvidos sejam punidos. “Aquilo que se deu até aqui [a condenação de Bolsonaro] tem uma importância histórica gigantesca. E, portanto, o desfecho desse processo, ou seja, a execução da sentença, a prisão efetiva desses responsáveis, também tem. Por outro lado, a efetivação de uma anistia, de uma diminuição de penas, de uma transação que garanta de forma aberta ou implícita a impunidade, também expressaria um retrocesso gigantesco”, alerta Calil. ●

Conceito adotado por autores alinhados à tradição marxista que descreve como as classes dominantes, diante de possíveis ameaças à ordem vindas de movimentos políticos revolucionários, principalmente em períodos de crise econômica e social, procuram preservar seus privilégios de várias formas, inclusive através de concessões parciais às demandas de grupos opositores, de modo a enfraquecer o caráter potencialmente revolucionário de uma dada crise.

70 Anos de Alimentação Escolar

Há 70 anos o Brasil ganhava sua primeira política de alimentação escolar. Chamada de Campanha da Merenda Escolar, ela foi instituída em 1955 por um decreto do então presidente da República Café Filho, e é considerada o marco inicial do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE.



Embora, em teoria, já houvesse um programa do tipo desde a década de 1940, ele não saiu do papel por falta de recursos. Foi apenas em 1955 que o governo federal implementou, por meio da Campanha, uma política para fornecer alimentação para os estudantes matriculados nas escolas públicas do país, muito por conta de acordos internacionais impulsionados após a criação do programa “Alimentos para a Paz”, nos Estados Unidos, através do qual o governo estadunidense comprava o excedente de seus produtores para doar ou revender a outros países.

Desde a década de 1940, circulavam no âmbito do governo propostas para a criação de uma política federal de alimentação escolar no Brasil, muito pela contribuição

“*A fome é a expressão biológica de males sociológicos*”

Josué de Castro
'Geografia da Fome'



do acadêmico pernambucano Josué de Castro, autor de clássicos como “Geopolítica da Fome” e “Geografia da Fome”, que entraria para a história como uma das mais importantes figuras do combate à fome no país. Os altos

índices de desnutrição e mortalidade infantil causavam preocupação à época, e Castro foi uma das principais vozes a denunciar esse quadro, associando-o às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Seus estudos e propostas foram centrais para a formulação da Campanha da Merenda Escolar, em 1955.

Passados 70 anos, o PNAE segue sendo uma das mais relevantes políticas públicas de garantia do direito à alimentação no país, abrangendo mais de 40 milhões de estudantes em praticamente todos os municípios brasileiros, com um orçamento anual de cerca de R\$ 5,5 bilhões.

Já pensou em ficar sabendo de tudo que acontece na Poli em tempo real?

Nas nossas **mídias sociais**, você pode acompanhar diariamente todas as **novidades** sobre a Escola, informações sobre saúde, trabalho e educação, além de destaques da área Educação Profissional em Saúde!

90K

Somados, nossos perfis já contam com mais de **90 mil seguidores!** E é bem fácil seguir, somos **@polifiocruz** em todas as mídias sociais: **Facebook; Instagram; X; Threads e YouTube.**

Fique por dentro do dia a dia da Escola Politécnica: cursos e seus calendários de inscrição; notícias; reportagens; publicações científicas; projetos; trabalhos e pesquisas. E você ainda conhece quem são os trabalhadores e estudantes que transformam a nossa Escola em um espaço de produção da ciência seguindo os princípios da educação politécnica antirracista todos os dias.

Venha conhecer mais nosso trabalho!